

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E FILOSOFIA  
ORIENTADORA: ARYDIMAR VASCONCELOS GAIOSO  
DISCENTE: EVA EUGÊNIA CABRAL DA SILVA

ENTRE O CAMPO E A FEIRA: análise das estratégias de resistência de agricultores rurais  
na feira da Volta Redonda em Caxias-MA.

CAXIAS - MA  
2024

EVA EUGÊNIA CABRAL DA SILVA

ENTRE O CAMPO E A FEIRA: análise das estratégias de resistência de agricultores rurais  
na feira da Volta Redonda em Caxias-MA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a  
Universidade Estadual do Maranhão como  
requisito para obtenção do título de licenciada  
em Ciências Sociais.

Orientador(a): Dra. Arydimar Vasconcelos  
Gaioso.

S586e Silva, Eva Eugênia Cabral da

Entre o campo e a feira: análise das estratégias de resistência de agricultores rurais na feira da Volta Redonda em Caxias-MA / Eva Eugênia Cabral da Silva. \_\_Caxias: Campus Caxias, 2025.

51f.

Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Maranhão – Campus Caxias, Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dra. Arydimar Vasconcelos Gaioso.

1. Feiras livres. 2. Resistência. 3. Desenvolvimento - Políticas.  
I. Título.

CDU 633"321:324"

EVA EUGÊNIA CABRAL DA SILVA

ENTRE O CAMPO E A FEIRA: análise das estratégias de resistência de agricultores rurais na feira da Volta Redonda em Caxias-MA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA/Campus Caxias, como requisito para obtenção do título de licenciada em Ciências Sociais.

Aprovado em: 21/01/2025

### BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente  
 **ARYDIMAR VASCONCELOS GAIOSO**  
Data: 05/02/2025 14:28:34-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Arydimar Vasconcelos Gaioso

Orientadora

Documento assinado digitalmente  
 **ANTONIO HENRIQUE PASSOS DE SOUSA SANTOS**  
Data: 05/02/2025 16:00:17-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Antonio Henrique Passos de Sousa Santos

Documento assinado digitalmente  
 **ELOY BARBOSA DE ABREU**  
Data: 05/02/2025 16:41:53-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Eloy Barbosa de Abreu

## AGRADECIMENTOS

À Deus;

Aos meus pais, Maria José e José de Moraes, que sempre se esforçaram para me proporcionar o melhor e nunca deixaram que faltasse o estudo.

A minhas irmãs, Maria Eduarda, Ana Déborah e Maria Clara, que sempre estiveram comigo, acreditando e compartilhando as adversidades da vida.

A minha sobrinha, Maria Júlia, que trouxe mais alegria e força para minha vida, depois de um ano difícil.

À minha família, que de forma direta ou indireta contribuiu para a concretização da minha formação.

Ao meu amor, Sara Santiago, que me deu suporte e palavras de apoio durante minha graduação e no percurso da construção dessa pesquisa.

As minhas amigas da vida, Maria de Lourdes, Camila Reis, Mayra Maciel e Maria Angela, que sempre me ouviram, me aconselharam e acreditaram nesse momento.

Aos meus amigos que conquistei na graduação e contribuíram para a realização desse trabalho e da minha formação: Ana Clara, Ada Alencar e Maria Eduarda.

Aos todos os meus amigos(as) que estiveram comigo nesses anos, compartilhando os momentos doces e amargos da vida, e de forma direta ou indireta, contribuíram pra minha formação acadêmica e humana.

As meninas do grupo de pesquisa, Rayllane e Anita, que acordavam cedo para irmos às feiras, meus sinceros agradecimentos.

A todos os meus professores da graduação que contribuíram para a minha formação e me ensinaram muito além do conteúdo das aulas.

À professora Arydimar Vasconcelos Gaioso, que me apresentou a antropologia, me inspira e é uma das minhas referências no âmbito profissional desse universo das Ciências Sociais.

A cada feirante entrevistado, que cedeu seu tempo e sua narrativa, para que a pesquisa fosse feita, meus sinceros agradecimentos.

A secretária da Secretaria Municipal de Agricultura Pesca e Abastecimento, Luciana Andrea Soares, que disponibilizou seu tempo e concedeu a entrevista.

## **RESUMO**

As feiras livres de Caxias-MA possibilitam perceber elementos indispensáveis para observar o alcance do poder público e das políticas de desenvolvimento pensadas para esse setor, tendo em vista a responsabilidade municipal e estadual de atender a produção de base familiar. Este trabalho objetiva analisar as estratégias utilizadas pelos feirantes da feira da Volta Redonda para se manter em funcionamento (desde 1994) até os dias de hoje. É possível observar a redução no quantitativo de vendedores e produtos no funcionamento da feira da Volta Redonda ao longo dos últimos anos. Inicialmente, a feira apresentava uma dinâmica com vários produtos e um alto fluxo de consumidores, segundo relatos dos próprios feirantes. Se a feira nasce a partir de um incentivo político e desenvolvimento de um projeto, quais seguranças são desenvolvidas posteriormente para a manutenção daquele espaço? E se não existem políticas públicas que atendam as demandas daquele grupo, quais as estratégias de resistência os feirantes desenvolvem para sustentar a sua existência. Neste trabalho encontram-se o levantamento das políticas voltadas para a agricultura familiar municipal e estadual, buscando investigar onde estão os agricultores familiar, o mapeamento das “feiras livres” do município regulamentadas e como elas funcionam e por fim, uma etnografia da feira da Volta Redonda.

Palavras-chave: feiras livres, resistência, políticas de desenvolvimento.

## LISTA DE SIGLAS

SEMAPA – Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento.

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.

PAA – Programa Nacional de Aquisição de Alimentos.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

CAF – Cadastro do Nacional da Agricultura Familiar.

DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf.

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Banca de verdura na feira da Cohab.

Figura 2: Vista de cima de algumas bancas na feira da Cohab.

Figura 3: Barracas na feirinha da gente na praça Vespasiano Ramos.

Figura 4: Produtos expostos nas bancas na feirinha da gente.

Figura 5: Seu Raimundo desmontando sua tenda.

Figura 6: Fregueses da dona mocinha aguardando para comprar a farinha.

Figura 7: D. Mocinha pesando a farinha de puba para seu freguês.



## SUMÁRIO

|                                                                                          |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO: a construção do objeto .....                                     | 8  |
| CAPÍTULO II – AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO .....                  | 15 |
| 2.1 A construção do conceito “Desenvolvimento”. .....                                    | 15 |
| 2.2 Contexto histórico Maranhense. ....                                                  | 18 |
| 2.3 Campesinato e agricultura familiar. ....                                             | 20 |
| 2.4 Agricultura familiar nas políticas de desenvolvimento no Maranhão. ....              | 24 |
| 2.5 Políticas Públicas Estaduais e Municipais voltadas para a Agricultura Familiar ..... | 27 |
| CAPÍTULO III - DO CAMPO ÀS FEIRAS LIVRES DE CAXIAS-MARANHÃO .....                        | 30 |
| 3.1 Conceito, surgimento e expansão urbana das Feiras Livres. ....                       | 30 |
| 3.2 Regulamentação e funcionamento das feiras livres Municipais .....                    | 32 |
| 3.2.1 Feira do Seriema; feira da Cohab; feirinha da gente. ....                          | 33 |
| 3.2.2 A feira da Seriema .....                                                           | 34 |
| 3.2.3 A feira da Cohab. ....                                                             | 34 |
| 3.2.4 feirinha da gente .....                                                            | 35 |
| CAPÍTULO IV- A FEIRA DA VOLTA REDONDA .....                                              | 37 |
| 4.1 A história da Feira da Volta Redonda .....                                           | 37 |
| 4.2 A organização do espaço da feira. ....                                               | 40 |
| 4.3 A construção social da identidade dos sujeitos que constroem a Feira. ....           | 42 |
| 4.4 A feira e resistência cotidiana. ....                                                | 43 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                                                               | 49 |
| REFERÊNCIAS .....                                                                        | 50 |

## CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO: a construção do objeto

Com o avanço do agronegócio nas regiões interioranas do Maranhão, é possível notar mudanças nas relações sociais, de produção e comercialização de produtos de origem agrícola. Um setor que recebe essas mudanças e vivenciam o impacto diretamente no seu fluxo, são caracterizadas de feiras livres. As feiras livres são realizadas geralmente em espaços públicos, muitas vezes ao ar livre, onde se vendem mercadorias e funcionam como um canal de comercialização que aproxima o produtor do consumidor, fortalecendo vínculos e dinamizando a economia local, além de se constituírem como espaços de sociabilidade. As feiras livres de Caxias do Maranhão representam uma parte significativa na rotação de produtos produzidos na região, sendo um total de cinco feiras que acontecem dentro da cidade e possibilitam essas relações de comercialização dos produtos.

O objeto da pesquisa em questão, foi escolhido em razão de fazer parte da história do meu bairro e por atravessar a minha infância de forma direta, pois meu pai já exerceu atividade econômica na feira, vendendo seus produtos produzidos na zona rural. Outro fator de interesse é por ter conhecidos ligados ao comércio e também às feiras. Soma-se isso ao fato de conhecer pessoas da zona rural que produzem para as feiras. Em observação ao funcionamento da feira da Volta Redonda percebeu-se que o seu quantitativo de vendedores, consumidores e produtos tem sido reduzido ao longo dos últimos anos. Há cinco anos, a feira apresentava uma dinâmica com vários produtos, consumidores e vendedores o que é ainda relatado pelos feirantes que nela resistem. Portanto, pretende-se analisar quais as estratégias utilizadas pelos feirantes da feira da Volta Redonda para se manter em funcionamento até os dias de hoje.

As feiras livres de Caxias-MA possibilitam perceber elementos indispensáveis para observar o alcance do poder público e das políticas de desenvolvimento pensadas para esse setor, tendo em vista a responsabilidade municipal e estadual de atender a produção de base familiar. Desse modo, para analisar as estratégias de resistência (Scott, 2002) dos feirantes da feira da Volta Redonda, pretende-se apresentar o levantamento das políticas voltadas para agricultura familiar municipal e estadual procurando evidenciar qual é o lugar da agricultura familiar nas políticas de desenvolvimento agrário no Maranhão. Em vista disso, apresenta-se também o mapeamento das feiras livres de Caxias, evidenciando quais são as feiras regulamentadas pelo município e quais não são e como elas funcionam, apontando o contexto do surgimento de cada uma e como estão atualmente. Por fim para

registrar as estratégias de resistência dos feirantes da Volta Redonda, apresentamos a etnografia da feira, construída através da coleta de narrativas dos feirantes e produtores que constroem esse espaço.

Esse estudo busca seus fundamentos teóricos nas Ciências Sociais, transitando pelos três campos; o da Sociologia, o da Ciência Política e o da Antropologia. Voltada para o estudo das feiras livres, das políticas de desenvolvimento e da etnografia. Um ponto importante do desenho teórico desta investigação transita, a princípio, pelo conceito de desenvolvimento, tendo como referência os conceitos trazidos por Arturo Escobar, que segundo Leandra Holz, pensa o desenvolvimento como (2007 *apud* Holz, p. 50), “[...] uma abordagem de cima para baixo, etnocêntrica e tecnocrática [...]”, olhando as pessoas como números, determinado em realizar o progresso, desconsiderando os aspectos culturais existentes. Dentro dessa perspectiva Arturo Escobar (2007 *apud* Holz, 2022) utiliza a ideia de desenvolvimento enquanto discurso a partir das ideias de Michel Foucault.

O conceito de agricultura familiar adotado está inserido na discussão proposta por MariaNazaré Wanderley (2003), que convida pensar essa categoria enquanto ator social no meio social, não reduzindo-o apenas as definições apontadas por diferentes políticas que se colocam a pensá-la. A concepção de campesinato encontra-se nos estudos de Margarida Maria Moura apresentando que o campesinato não seria apenas uma categoria em extinção, e sim, uma categoria em recriação, adaptando-se as novas condições sociais emergentes do sistema capitalista.

O conceito de feira livre para desenvolver essa pesquisa, está voltado para o olhar da feira sob os aspectos culturais, onde a feira é considerada para além do um viés econômico de comercialização de mercadoria, sendo percebido como local de identidades e da possibilidade de construção de saber, assim adotamos as ideias de Lobato (2015), Dalenogare (*apud* Manoel, 2023) e Souza (2015) que conceituam as feiras livres, sobretudo, como espaços de formação humana.

Ao observar a diminuição no quantitativo de vendedores da Feira da Volta Redonda, levantou-se a seguinte questão problemática: porque a feira diminuiu? Fazer esse questionamento possibilitou o surgimento da seguinte investigação, que no decorrer foram surgindo outros questionamentos, a fim de investigar não só o porquê de a feira ter diminuído, mas também, quais são os órgãos responsáveis por garantir seu funcionamento e buscar compreender como essa feira se mantém até os dias de hoje funcionando. A possibilidade de construir essa pesquisa se deu na inquietude de perceber que a feira que antes ocupava uma rua inteira e causava até problemas de tráfego no

trânsito, hoje se constituía na resistência, com seus feirantes e produtos reduzidos a menos da metade do que costumava ser.

Para investigar o objeto proposto, foi necessário estranhar o conhecido, pois a ideia sobre como era a feira da Volta Redonda, já antecedia a pesquisa. Desse modo, adotar o que o autor Roberto da Matta (1978) chama de “transformar o exótico em familiar e o familiar em exótico” possibilita, despertar um elemento indispensável no caminhar da pesquisa científica, que consiste em lançar sobre o objeto o olhar da dúvida, onde começarão a surgir os questionamentos. Segundo Gilberto Velho (1978) “O processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos”, sendo assim, conhecer a diversidade existente dentro do campo de pesquisa.

Ao adentrar o campo começaram a emergir coisas que antes não eram possíveis de visualizar, sem o olhar crítico. A relação de compra e venda entre feirante e freguês que antes era pensada apenas pelo viés econômico, através do presente estudo possibilita perceber as habilidades dos vendedores em vender seus produtos, o conhecimento sobre as especiarias e produtos que estão sendo vendidos, as formas de armazenamento e de transportar, a montagem do espaço que não é por acaso. Tudo isso produz e reproduz saberes antes não percebidos. A realização desse estudo possibilita observar como a localização da feira influi no seu funcionamento e condiciona as relações que nela ocorrem, como as normas sociais, as regras de espaço e a construção do mesmo acontece. Observar as relações de sociabilidades, o conhecimento dos feirantes, as relações de parentesco, e as estratégias cotidianas que eles exercem, demonstra a importância de um referencial teórico que possibilite visualizar com um outro olhar, os aspectos sociais, políticos e antropológicos que o campo apresenta.

A base das ciências sociais, no âmbito de pesquisa, é o olhar, o ouvir e o escrever, desse modo, esses três elementos viabilizam a realização de determinada investigação. Assim “Marcado por nossa inserção nas ciências sociais, essas ‘faculdades’ ou, melhor dizendo, esses ‘atos cognitivos’ delas decorrentes, assumem um sentido todo particular, de natureza epistêmica, uma vez que é com tais atos que logramos construir o nosso saber” (Oliveira, 1996 p. 15). Desse modo, compreender que o olhar lançado sobre o campo determina os próximos passos da pesquisa possibilita agir de forma criteriosa dentro desse próprio olhar, pois é necessário olhar a partir de um recurso conceitual e da compreensão da disciplina na forma de olhar o campo, visto que:

A partir do momento em que nos sentimos preparados para a investigação

empírica, o objeto sobre o qual dirigimos o nosso olhar já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo. Seja qual for esse objeto, ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade. Esse esquema conceitual, disciplinadamente apreendido durante o nosso itinerário acadêmico (daí o termo disciplina para as matérias que estudamos), funciona como uma espécie de prisma por meio do qual a realidade observada sofre um processo de refração. (Oliveira, 1996, p. 15)

Os fatos que acontecem no campo não se dão no vazio, nem acontecem por acaso, ainda que não sejam explicados de imediato. Outra etapa da ida ao campo, refere-se ao ato de ouvir, sendo um ponto crucial na pesquisa antropológica, pois os ouvidos tem que estar atentos captando aquilo que o campo tem a dizer. O olhar e o ouvir se complementam no caminhar da pesquisa, onde nesse momento o campo pode até não comprovar as teorias, e ainda, pode refuta-las e apresentar algo completamente novo, por isso é necessário estar com olhos e ouvidos bem atentos, compreendendo que o ouvir da pesquisa também está condicionado. O ouvir possibilita dentro da relação no campo, a interação com os sujeitos ali presentes, sendo assim “ganha em qualidade e altera uma relação, qual estrada de mão única, numa outra, de mão dupla, portanto, uma verdadeira interação” (Oliveira, 1996, p. 21), e possibilita a observação participante.

Por conseguinte, o ato de escrever exercido fora do campo de pesquisa localiza-se na materialização do trabalho de campo “cuja características o singularizam de forma marcante, sobretudo quando o compararmos com o que se escreve no campo, seja ao fazermos nosso diário, seja nas anotações que rabiscamos em nossas cadernetas” (Oliveira, 1996, p. 22), dando início ao processo delicado de textualização dos fenômenos sociais e culturais observados anteriormente, assim o Oliveira destaca:

Diria inicialmente que a textualização da cultura, ou de nossas observações sobre ela, é um empreendimento bastante complexo. Exige que nos despojemos de alguns hábitos de escrever, válidos para diversos gêneros de escrita, mas que para a construção de um discurso que esteja disciplinado por aquilo que se poderia chamar de ‘(meta)teoria social’. (Oliveira, 1996, p. 23)

As feiras livres da cidade de Caxias do Maranhão possibilitam conhecer as vastas relações em que a feira se constitui, demonstra a prática de consumo de determinados produtos e o saber cotidiano que nela se constrói. No exercício de olhar as feiras livres e escolher uma das feiras para realizar a pesquisa, demonstrou-se que para a produção deste trabalho seria necessário fazer um estudo descritivo, capaz de registrar a presença da feira, bem como sua história. O estudo sobre as feiras livres de Caxias e seus atores sociais, que aqui propomos discorrer, destacando as estratégias de resistências que desenvolvem no cotidiano, se inserem no campo da antropologia. Produzir um trabalho

desta natureza, nos orientou a escolher fazer uso do método etnográfico, sendo este a forma mais adequada para construir a pesquisa. Portanto, segundo Mattos (2011), considera-se que:

A etnografia estuda preponderantemente os padrões mais previsíveis das percepções e comportamento manifestos em sua rotina diária dos sujeitos estudados. Estuda ainda os fatos e eventos menos previsíveis ou manifestados particularmente em determinado contexto interativo entre as pessoas ou grupos. Em etnografia, holisticamente, observa-se os modos como esses grupos sociais ou pessoas conduzem suas vidas com o objetivo de revelar o significado cotidiano, nos quais as pessoas agem. O objetivo é documentar, monitorar, encontrar o significado da ação. (Mattos, 2011, p. 51)

Esse estudo se volta a visibilizar a presença das feiras, suas histórias, destacando a feira da volta redonda, observando que estas feiras resistem ao longo do tempo, das mudanças nas relações comerciais, no avanço do agronegócio e construções de megaempreendimentos. Desse modo, apontar a existência das feiras nesse cenário, aponta sua importância para além do setor econômico. Nesse sentido, nos colocamos a investigar o que se leva para a feira além da mercadoria? Destacar esses pontos, nos permite observar que a feiras tem suas contribuições nos locais em que estão sendo produzidas cotidianamente e são nesses pontos que este trabalho se debruça. A escolha de realizar entrevistas curtas e semiestruturadas, ocorreu pelo tempo em que a pesquisa aconteceu, pela relação de proximidade estabelecida com os feirantes, para não atrapalhar a dinâmica de venda dos mesmos, assim como refletir na fala a memória do lugar em que a feira se realiza. As entrevistas quando acontecem na feira, orientam as falas dos entrevistados, pois falarão do seu cotidiano, dentro do cotidiano. A conversa informal possibilitou construir uma relação de confiança, uma vez que nem todos os feirantes me conheciam anteriormente, e construir essa relação de confiança, reflete justamente na qualidade daquilo que está sendo produzido.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, por entender que o significado das narrativas dos feirantes pode permitir uma compreensão da sua forma particular no processo de construção e resistência da feira. A metodologia do projeto busca combinar o estudo teórico, a pesquisa de campo e o registro das narrativas desses sujeitos, afim de contribuir para uma reconstrução histórica e visibilizar a vivência dos atores sociais envolvidos nesse processo. Para acessar às interpretações das narrativas oferecidas pelos sujeitos às suas representações, ideias, sentimentos, significados e valores, faz-se necessário a apropriação dos fundamentos teóricos nos procedimentos metodológicos e da aplicação de técnicas adequadas na produção dos dados, em conformidade com os objetivos da pesquisa, tendo em vista o desenvolvimento do trabalho proposto.

Os sujeitos da pesquisa, os cinco feirantes entrevistados, foram escolhidos em razão da sua atuação e vivência no interior do processo de resistência da feira. Foram desenvolvidas entrevistas reflexivas, semiestruturadas, permitindo um diálogo horizontal e aberto. Segundo Queiroz (1988) ela é uma técnica de coleta de dados em que ocorre uma conversação continuada entre o entrevistado e o/a pesquisador/a e deve ser direcionada de acordo com os interesses da pesquisa. Os cinco feirantes são: Cesarina Alves dos Santos, começou a atividade como feirante em 1996, e está há 29 anos na feira, mora no residencial Dinir Silva; João Evangelista dos Santos, tem 64 anos, começou a atividade como feirante em 2002, está há 23 anos na feira e é casado com a dona Cesarina; Raimundo Soares, começou na feira em 2012, está há 13 anos na feira e mora no residencial Vila Paraíso; Maria Domingas, tem 58 anos, e está na feira desde 2000, há 25 anos, e mora no povoado cajueiro; por fim, a Francisca das Chagas Medeiros, conhecida popularmente como D. Mocinha, também está na feira desde 2000, há 25 anos.

É necessário desenvolver as entrevistas de acordo com a metodologia da história oral, sob o ponto de vista teórico e prático, articulando os impasses e as alternativas. O artigo de Ramofly Bicalho, intitulado “História Oral: limites e possibilidades”, oferece orientações indispensáveis para o desenvolvimento da pesquisa, discorrendo de forma aprofundada a relação estabelecida entre os sujeitos envolvidos na entrevista. Aponta o comprometimento que o entrevistador deve ter com os objetivos da pesquisa, evidenciando que “o diálogo horizontal é fundamental na construção dos significados e na reconstrução do passado histórico de ambos os sujeitos desse processo”.

O grupo de interlocutores alcançados é formado por cinco feirantes que comercializam na feira do bairro Volta Redonda e a secretária da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (SEMAPA) de Caxias-MA. Cada interlocutor terá preservada a sua identidade com documentos necessários para sua proteção. As narrativas dos feirantes oferecem informações indispensáveis aos propósitos da pesquisa, de registrar a história da feira a partir dos aspectos sociais, históricos e políticos da sociedade em que estão inseridos e analisar as estratégias de resistência que eles desenvolvem no seu cotidiano. Ao iniciar cada uma das entrevistas direcionadas aos feirantes, conversamos brevemente sobre trajetória de vida pessoal e profissional. Cada entrevista, por estabelecer um diálogo horizontal possibilitou uma melhor compreensão das narrativas para a transcrição das informações e posterior análise.

No primeiro capítulo é apresentado a construção do conceito Desenvolvimento, Campesinato e Agricultura Familiar. O Contexto histórico Maranhense evidenciando os aspectos que orientam a compreensão conceitual do desenvolvimento. Centraliza-se em apresentar o levantamento das Políticas Públicas Estaduais e Municipais voltadas para a

Agricultura Familiar. Este levantamento será feito através de pesquisa bibliográfica juntamente com os órgãos públicos (SEMAPA) buscando evidenciar “Qual é o lugar da agricultura familiar nas políticas de desenvolvimento agrário no Maranhão?” e como funciona a regulamentação e funcionamento das Feiras Livres Municipais.

No segundo capítulo buscamos apresentar o mapeamento das feiras livres de Caxias, evidenciando quais são as feiras regulamentadas pelo município e quais não são e como elas funcionam, apontando o contexto do surgimento de cada uma e como estão atualmente. Neste capítulo encontra-se a parte técnica e a prática, onde a técnica apresenta como ocorre a regulamentação das feiras livres e a prática demonstra a constituição da feira enquanto ação humana, prática social e um espaço de construção de saberes.

No terceiro capítulo encontra-se a etnografia da feira da Volta Redonda. Neste capítulo apresentamos a história da feira a partir da pesquisa bibliográfica demonstrando como aconteceu o surgimento da feira no bairro. Em seguida buscamos compreender o que compõe a feira além da mercadoria? As práticas desenvolvidas na feira envolvem o relato dos feirantes sobre o ato de construir a feira cotidianamente, o conhecimento sobre os produtos que estão sendo comercializados, a visão dos feirantes mostrando seus pontos de vista sobre suas relações na feira, sobre hábitos de como se fazer o comércio na feira, sobre o jeito peculiar de falar para conquistar o freguês e sobre suas trajetórias de como chegaram a se tornarem feirantes. A fim de fazer a Etnografia da feira da Volta Redonda identificando as estratégias de resistência dos feirantes através das narrativas de seus atores sociais (feirantes, produtores, artesãos).

Ao pesquisar a feira da Volta Redonda e registrar sua história a partir das narrativas dos feirantes, é possível analisar as estratégias de resistência que eles desenvolvem para que a feira continue a acontecer, evidenciando os aspectos cotidianos dos saberes que lá são construídos. É fundamental perceber o papel político que os feirantes desempenham, como agentes de transformação que enfrentam desafios e obstáculos frente às adversidades cotidianas e estruturais. Além disso, conhecer através das vivências dos feirantes, possibilita reconstruir fragmentos de uma história ainda não registrada, mas que também faz parte da história de Caxias-MA.



## CAPÍTULO II – AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO

Este capítulo se propõe a investigar qual é o lugar da agricultura familiar nas políticas de desenvolvimento agrário no Maranhão, partindo da exposição da construção do conceito de desenvolvimento, campesinato e agricultura familiar. Coloca-se a apresentar o levantamento das Políticas de Desenvolvimento Estaduais e Municipais voltadas para a agricultura familiar e a regulamentação e funcionamento das Feiras Livres do município de Caxias-MA.

### 2.1 A construção do conceito “Desenvolvimento”.

Segundo o dicionário online de língua portuguesa o termo “desenvolvimento” é o “Processo que leva ao crescimento; ação de se desenvolver, crescer, progredir, de se tornar maior; crescimento, evolução”. As formulações que definem o que é desenvolvimento são amplas e a constituição do seu processo variam de acordo com cada autor.

Segundo Leandra Holz, “são inúmeras as teorias que buscam propor diferentes formas de desenvolvimento. A própria palavra ganhou um sentido tão favorável que tornou-se quase indiscutível o desejo de desenvolver-se” (2022, p.44). A autora apresenta diferentes perspectivas e diferentes teóricos que formulam teorias e tornam-se quase como um “ideal” de como deve se dar o desenvolvimento. Segundo a autora, Robert Solow “incorpora o viés de crescimento econômico somado a ideia de progresso” (1988 *apud* Holz, 2022, p.46), e assemelhasse as teorias Rostowianas que também associam o desenvolvimento com o crescimento econômico e “encaixa as sociedades dentro de etapas que são evolutivas” (Rostow, 1978 *apud* Holz, 2022, p.46). Entretanto, diante do cenário de desigualdades produzidas por esses modelos, surgem outras teorias sobre o desenvolvimento. Segundo Amartya Sen (2000 *apud* Holz, 2022, p.47) “analisar somente os indicadores econômicos para medir o desenvolvimento é um grande equívoco”, pensando então, o desenvolvimento, como a liberdade nos processos e oportunidades vivenciadas pelos indivíduos. De todo modo, as definições do conceito de desenvolvimento buscam apresentar diferentes meios para seu objetivo, seja pelo viés econômico ou social. Entretanto poucas são as vezes em que o próprio desenvolvimento é colocado em questionamento. Mesmo que os meios mudem, desenvolver-se ainda surge como necessário e desejável.

A aplicação dos modelos de desenvolvimento, inicia, segundo Holz (2022), após a Segunda Guerra Mundial, quando começaram a surgir organizações internacionais especializadas em “promover” o desenvolvimento para outros países. Os modelos de aplicação do desenvolvimento levavam em consideração o grau de modernização desses países, tendo como referência os Estados Unidos e a Europa Ocidental os chamados desenvolvidos e de primeiro mundo, classificando como subdesenvolvidos e de terceiro mundo a América Latina, Ásia e África. Desse modo não é difícil perceber em como essa tendência do desenvolvimento reflete no comportamento e no cenário em que os países classificados e submetidos a tais modelos, encontram-se atualmente, seja no econômico, social, identitário ou cultural. A partir disso é necessário refletir sobre como é reforçado e cristalizado os discursos do desenvolvimento, sejam pelos veículos de comunicação que reforçam sua necessidade ou por projetos estatais que endossam e incorporam esse discurso, tendo como referência o modelo ideal de desenvolvimento a ser alcançado.

Essa ideia de desenvolvimento, produzida com mais força após a segunda guerra mundial, endossa o discurso do progresso, associado à economia e riqueza, mas sobretudo a modernização. Quando é pensado a ideia de desenvolvimento logo se produz no imaginário social como sinônimo de prosperidade e se quer é questionado de onde vem essa ideia, e ainda, a quem interessa o desenvolvimento? Desse modo alguns autores apontam uma perspectiva diferente em vista das discussões sobre desenvolvimento, pensando-o como um discurso, baseando-se nas ideias de Michel Foucault (2014 *apud* Holz, 2022) sobre a relação entre saber e poder. Questionando, de modo mais radical, os programas de desenvolvimento, sem propor reformular um novo desenvolvimento ou novas ideias desenvolvimentistas, e sim recusá-lo, dando origem a vertente teórica do “pós-desenvolvimento”.

Nesse sentido, segundo Foucault (2014 *apud* Holz, 2022, p. 48) o poder passa a ser entendido como algo muito mais amplo do que apenas um poder que reprime e está fadado a dizer não. O poder passa a ser algo produtivo, que produz coisas, produz saber, produz discurso. Assim Arturo Escobar adota a ideia de “discurso” para apresentar sua crítica ao conceito de desenvolvimento. Segundo Escobar, “em nome dele [do desenvolvimento], originaram-se 49 termos classificatórios como ‘desenvolvido e subdesenvolvido’, ‘Primeiro e Terceiro Mundo’, todos ‘produtos discursivos do clima do segundo pós-guerra’” (Escobar, 2007 *apud* Holz, 2022, p. 49).

O discurso do desenvolvimento dita as regras que impactam os países submetidos a essa situação, onde os encontra e classifica-os pelo grau de modernização, desconsiderando o modo de produção, vida e relações ali existentes. Segundo Escobar

(2007 *apud* Holz, 2022, p. 49) “[...] esses países eram vistos como presos em um ‘ciclo vicioso’ de pobreza e falta de capital [...]”, a partir dessa afirmação entende-se que esse capital viria do exterior, com o objetivo de subsidiar o desenvolvimento. Segundo Holz (2022, p. 49) “O Terceiro Mundo é ‘produzido’ como ‘incapaz’ de se desenvolver ou como ‘pobres’ e ‘atrasados’ que precisam se desenvolver e se modernizar”, assim, conforme Escobar (2007 *apud* Holz, 2022, p. 49) “os chamados Primeiro Mundo, reproduzem esse discurso a fim de garantir vantagens”.

A partir da fala acima podemos afirmar que a tendência do desenvolvimento atropela quaisquer modos de existência para que alcance o objetivo de desenvolver-se. A que custo o desenvolvimento acontece e quem desfruta dele? A questão fica mais complexa ainda pois essas formas de existência são invisibilizadas no discurso do desenvolvimento e quando mencionadas, são colocadas com o objetivo de proporcionar uma visão limitada e tornar o desenvolvimento cada vez mais necessário, desejável e irresistível. Os termos desenvolvido e atrasado são utilizados para classificar em qual posição certos países estão, assim demonstram a necessidade deles se desenvolverem até alcançarem o ideal de país desenvolvido, a partir da lógica de um sistema capitalista e evolucionista. Dessa forma, o desenvolvimento era e continua sendo para Escobar (2007 *apud* Holz, 2022, p. 50), “[...] uma abordagem de cima para baixo, etnocêntrica e tecnocrática que olha as pessoas como meros números e que se preocupa primeiramente em fazer “progresso”, sem saber os aspectos culturais em que influi [...]”.

Segundo Foucault (1996) “em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e os perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (Foucault, 1996, p. 8). Nesse sentido, as relações que o sistema estabelece perpassa pelo discurso produzido, determinando assim “quem pode falar, de quais pontos de vista, com que autoridade e de acordo com quais qualificações; define as regras a serem seguidas para o surgimento, nomeação, análise e eventual transformação de qualquer problema, teoria ou objeto” (Escobar, 2007 *apud* Holz, 2022, p. 50). Esses procedimentos de exclusão são fundamentais para a manutenção do poder e para a criação de normas sociais. Foucault (1996) argumenta que existem mecanismos específicos pelos quais determinadas formas de discursos são privilegiadas, e outras, são marginalizadas, apontando que esses mecanismos variam ao longo do tempo e de acordo com o contexto social, mas sua função é sempre de estabelecer e reforçar relações de poder.

Desnaturalizar o desenvolvimento, que é tomado como natural, possibilita

conhecer a construção do termo, como resultado de um momento histórico e específico de interesses no poder do discurso que carrega consigo uma interpretação arbitrária. Demonstrar que as ideias que são utilizadas como riqueza, pobreza, são construções sociais, que utilizam categorias vindas do sistema capitalista, e por trás disso existe uma máquina de países “civilizados” e desenvolvidos.

## **2.2 Contexto histórico Maranhense.**

Partindo da noção de desenvolvimento já exposto e das tendências desenvolvimentistas direcionadas aos países de “terceiro mundo”, observa-se a trajetória em que o discurso perpassa, classificando as regiões do Brasil a serem desenvolvidas, incluindo o estado do Maranhão. Durante o período do Regime Militar (1964-1985) o governo federal, através da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), concedeu grandes extensões de terras para empresas de agropecuária, tanto nacionais, quanto estrangeiras. No final dos anos 60 a questão agrária no Maranhão intensificou-se com o advento da Lei de Terras em 17 de junho de 1969, denominada pelos movimentos sociais como Lei Sarney de Terras, que entre outras medidas contribuiu para a formação dos latifúndios no Maranhão na década de 70 e a intensificação de conflitos agrários.

A lei de terras teve um significado bem mais profundo que o propósito de seu enunciado, sendo assim, “representou para além de um novo modelo de apropriação das terras do Estado, um novo modelo econômico, sendo a representação máxima de uma política pública generalizada que conduziu o Estado ao papel de elo central” (Santos, 2016, p. 362). A partir disso, “criaram-se órgãos específicos destinados à colonização dirigida como política oficial de enfrentamento à grave situação social da região Nordeste” (Santos, 2016, p. 362). o que demonstra um dos motivos da sua desigualdade, refletindo o papel da grilagem de terras como determinante da institucionalização da violência e dos conflitos no campo.

O filme documentário *Bandeiras Verdes* (1988), produzido por Aída Marques e Murilo Santos, retrata como esse período provocou grandes mudanças nos modos de vidas da população maranhense, assim, ao registrarem a experiência de vida de pessoas durante a expansão camponesa de comunidades no Vale do Rio Carú, interior do Maranhão. O filme registra as lutas sindicais e camponesas que aconteciam no período e foi produzido de 1978 a 1987, tendo como personagem principal do documentário, o

Domingos Bala, que retrata as primeiras experiências durante a abertura e ocupação do campo. Desse modo, o documentário discorre sobre os efeitos desse período para os camponeses e a citação traduz a vida de domingos bala nesse período:

"A saída de Domingos Bala do município de Vargem Grande, pode ser entendida como uma tentativa de não mais se dobrar aos mecanismos de coerção dos latifúndios, que prevalecem nas regiões de colonização mais antiga do estado do Maranhão" [...] "Nestas regiões após terem sido expropriados de suas terras por ações fraudulentas e de grilagem, os camponeses são obrigados a entregar parte expressiva de sua produção aos latifundiários, o "pagamento" pelo direito de cultivar." (Pereio, 1988)

"A partir dos anos 20 (1900) intensifica-se o fluxo migratório de nordestinos para os vales úmidos do Maranhão, movidos pela seca e uma estrutura agrária anacrônica. Esse fluxo de camponeses buscando terras livres corta o Maranhão no sentido Leste- Oeste décadas a fio. Em 1950 essa frente nordestina já atingirá áreas para além do Rio Mearim. E no fim da década já provocara o surgimento de povoados que deram origem as cidades, como: Santa Luzia, Bom Jardim e Santa Inês." (Pereio, 1988)

A partir disso, entende-se que as lutas e implicações nos modos de vida da população nordestina está marcada intrinsicamente pelo seu contexto histórico. Em relação a cidade de Caxias, muitos são os conflitos travados nessas terras, mas um dele ganhou destaque nacional, a chamada guerra da balaia. Segundo Santos (2018) "A Balaia, reconhecida como um dos grandes movimentos sociais do século XIX, ocorreu nas províncias do Maranhão, Piauí e Ceará; e se encontra diluída no decorrer o processo de independência do Brasil." (Santos, 2018, p. 74). O movimento recebeu essa denominação, pois seu principal líder, Manoel Francisco dos Anjos Ferreira, fabricava balaia. "Importante ressaltar que a grande diferença desse movimento para os demais, na época do Período Regencial (1831-1840), foi ter possuído um caráter eminentemente popular, contra os grandes proprietários agrários da região." (Santos, 2018, p. 75). Sendo assim, entende-se que as motivações da revolta "estão relacionadas às condições de miséria e opressão a que estava sendo submetida à população pobre da região. Nesta época, a economia agrária do Maranhão atravessava um período de grande crise" (Janotti *apud* Carneiro, 2019, p. 8)

Segundo Carneiro, nas duas últimas décadas ocorreram transformações no sistema produtivo em Caxias, a ponto de promover alterações profundas na economia. Assim, como "na própria organização urbana e social, por exemplo, tem-se o extrativismo, atividade econômica do município que se concentrou na exploração do coco babaçu e perdeu força nas últimas décadas" (Carneiro, 2019, p. 9).

A partir da década de 1980, um outro ciclo de monocultura começou a emergir em diversas cidades, "entre elas Caxias, que se localiza na Mesorregião Leste Maranhense,

se instalou empresas nacionais voltadas ao cultivo de eucalipto com vistas à produção de celulose e à extração de madeira nativa para a produção de carvão vegetal” (Andrade *apud* Carneiro, 2019, p. 9).

### **2.3 Campesinato e agricultura familiar.**

Segundo Margarida Maria Moura, o campesinato não seria uma categoria em extinção, e sim, uma categoria em recriação, adaptando-se as novas condições sociais gerada pelo sistema capitalista. A autora acredita que o camponês na sociedade de hoje, desempenha um papel contraditório, de um lado resiste em desaparecer, e de outro é resultado do próprio capitalismo. Apontar essa questão possibilita pensar na chamada “transição” da condição de campesinato para agricultura familiar, colocando o sujeito em evidência e como protagonista nessas mudanças, pois ainda que ele esteja submetido ao sistema capitalista, o sujeito se adapta e produz novas relações com o mercado, para continuar existindo.

Compreender o conceito que forma o significado de agricultura familiar perpassa por diversas questões. Entender que as categorias de camponês, lavrador, trabalhador rural, produtor rural e agricultor familiar, são produzidas através do seu contexto histórico e incorporadas socialmente, reconhecidas ou legitimadas pelo Estado. Nas três últimas décadas, novas relações entre Estado e sociedade civil foram estabelecidas, espaços de participação social foram criados, novos atores políticos emergiram e foram reconhecidos como sujeitos de direito, novas regras e instrumentos de política pública que foram institucionalizados, “e novos referenciais globais e setoriais orientaram as ações do Estado e permitiram redefinir regras e compreensões que afetaram mais ou menos as condições socioeconômicas da população, especialmente a do meio rural” (Grisa; Schneider 2014, p. 126).

A agricultura familiar é um exemplo destas mudanças, uma categoria social e política que passou a ser reconhecida pelo Estado brasileiro em meados de 1990. A relação estatal com a agricultura familiar, se revela principalmente pelo aspecto econômico e de produção, sendo fortemente ligada por interesses com o mercado capitalista. Nota-se historicamente a criação de políticas e de programas que atendam essa categoria, a exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1996, correspondendo a medidas adotadas para apoiar a agricultura familiar, tendo como objetivo principal fornecer crédito rural para os agricultores familiares, visando o fortalecimento de suas atividades produtivas.

A discussão proposta por Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2003) demonstra que “existe uma certa dificuldade, do ponto de vista teórico, em atribuir um valor conceitual à categoria agricultura familiar no Brasil, sobretudo a partir da implantação do Pronaf” (Wanderley, 2003, p. 43). A autora apresenta um leque de interpretações em torno dessa categoria, demonstrando que, para uns o conceito de agricultura familiar está relacionado a definição adotada pelo Pronaf em função de sua capacidade de atendimento, para outros, “agricultura familiar corresponde a uma certa camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado em oposição aos demais ‘pequenos produtores’ incapazes de assimilar tais modificações” (Wanderley, 2003, p. 43). Esse segmento é formado através de políticas públicas e são caracterizados como agricultores “consolidados”. “A ideia central é a de que o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna e, de uma certa forma, ele resulta da própria atuação do Estado” (Wanderley, 2003, p. 44). Essa ideia central sobre o agricultor ser um ator social e resultante da ação do estado, desencadeia outra discussão: qual o cerne da sua categoria conceitual? Maria de Nazareth Baudel Wanderley acrescenta:

Na verdade, o debate gira em torno da constituição desse ator social: trata-se da reprodução pura e simples de um campesinato “tradicional” com sua forma específica de funcionamento e de reprodução ou da emergência de um novo “personagem” na atividade agrícola e no meio rural, capaz de responder às exigências da sociedade e do mercado modernos, frequentemente vistos como “gestados” pela própria ação do Estado? No primeiro caso, deve-se perguntar: a inserção desses camponeses na sociedade moderna não termina por provocar mudanças significativas nos traços característicos do campesinato tradicional? O que muda? No segundo caso – os agricultores que se formam a partir dos estímulos das políticas públicas – não se corre o risco de desconhecer e negar sua própria história? Não seria esta uma história camponesa? (Wanderley, 2003, p. 44)

A autora evidencia que o campesinato tradicional é classificado numa lógica evolutiva, onde sua presença em uma sociedade caracterizaria um período ultrapassado em razão da modernidade do mercado e das sociedades, dando foco aos processos de ruptura entre camponês e agricultor, onde um é considerado tradicional e o outro moderno. Em contraponto a autora defende a hipótese de que ao considerar os pontos de rupturas entre as categorias sociais camponês e agricultor familiar, é necessário também considerar elementos de continuidade. “Assim, o que concede aos agricultores modernos a condição de atores sociais, construtores e parceiros de um projeto de sociedade – e não simplesmente objetos de intervenção do Estado, sem história – é precisamente a dupla referência à continuidade e à ruptura” (WANDERLEY, 2003). Apontar a agricultura familiar como uma simples reprodução do campesinato, não explica a presença de agricultores familiares na sociedade atual, é necessário considerar a capacidade de

resistência e de adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais. A lógica familiar é um dos elementos de continuidade presente nessa categoria, assim a autora destaca:

Esteve e está em curso, inegavelmente, um processo de mudanças profundas que afetam precisamente a forma de produzir e a vida social dos agricultores e, em muitos casos, a própria importância da lógica familiar. [...] Mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido. (Wanderley, 2003, p. 48)

Nesse sentido, o agricultor familiar carrega consigo um dos elementos do campesinato, sendo a família o elemento principal na tomada de decisões e o no processo produtivo.

Como já exposto, essa categoria ganha o reconhecimento do Estado a partir de 1990, entretanto, a categoria de agricultor familiar perpassa por caminhos socialmente construídos, envolvido no modelo econômico capitalista que o cerca. Desse modo, está submetido a lógica produtivista, que é efeito da modernização em geral, que chega também ao campo. Em contrapartida, existem críticas diante dos seus “efeitos perversos de ordem econômica, social e ambiental, e que afetam o conjunto da sociedade” (Wanderley, 2003, p. 53). Assim Maria de Nazareth acentua que:

Na maioria dos países de agricultura moderna, a crítica desse modelo vem sendo feita, em grande parte, por agricultores familiares que se definem como camponeses e que, dessa forma, colocam-se como portadores de uma outra concepção de agricultura moderna. Questionando uma visão que considera a agricultura como um simples campo de investimento de capital e, em consequência, privilegia a quantidade produzida e a produtividade dos fatores produtivos, esses agricultores defendem um modelo fundado na qualidade dos produtos e propõem um pacto social entre produtores e consumidores, isto é, entre os agricultores e as populações urbanas. Produzir qualidade supõe, nessa perspectiva, que os agricultores dispõem de uma profunda competência profissional que resulta da confluência do saber técnico aprendido com o conhecimento da terra e da atividade agrícola, herdado das gerações anteriores e assimilado pelas experiências cotidianas da observação e do trabalho localizados. (Wanderley, 2003 p.53)

Segundo Wanderley, o agricultor familiar se apresenta como aquele que conhece detalhadamente a terra, as plantas e os animais que são seus, e que, por esta razão, sente-se comprometido com o respeito e a preservação da natureza, possuindo o que segundo ela, Carlos Rodrigues Brandão chamou “o afeto da terra” (Brandão *apud* Wanderley, 2003, p.54) e o amor pela profissão, desse modo, o conceito de camponês é, nesses casos, ressemantizado.



Dando segmento ao pensamento da autora, “O tipo de capitalismo que se desenvolveu no setor agrícola brasileiro, antes ou depois do processo de modernização, jamais se libertou de sua vinculação com a propriedade da terra” (Wanderley, 2003, p. 56). A estrutura do capitalismo agrário brasileiro classifica a modernização, o que determina o “lugar” social do campesinato na sociedade brasileira ao longo de sua história, sendo ele um lugar negado, desconhecido. Desse modo, “Trata-se igualmente de um lugar subalterno e subordinado que submete o campesinato a um enorme esforço social para alcançar as condições mínimas de sua reprodução” (Wanderley, 2003, p. 56). As lutas constantes para manter essa categoria em reprodução e assegurar a constituição de um patrimônio fundiário estável e transmissível às gerações subsequentes se apresentam de diversas formas, seja por meio da posse precária da terra, da migração, da venda da própria força de trabalho e da prática de uma agricultura itinerante.

O debate que a autora propõe perpassa por três compreensões. Primeiro, que o conceito de agricultura familiar contribui para a compreensão desse ator social, pois ainda que seja interpretada como uma identidade “imposta”, ela difere de outras denominações que tem conotação negativa, a autora ainda propõe “recheiar” tal categoria com o seu conteúdo histórico e sociológico. Segundo, que o agricultor familiar não é um sujeito passivo, ao contrário, ele resiste e é capaz de se adaptar diante das forças em um sistema tão desfavorável e “constrói sua própria história nesse emaranhado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna” (Wanderley, 2003, p. 58). Em terceiro lugar, o reconhecimento da diversidade de situações concretas que essa categoria genérica “agricultura familiar” pode incluir. É necessário elaborar tipologias dentro da categoria de agricultura familiar para alcançar a diversidade que existe dentro do termo utilizando uma análise histórica entendendo sua identidade também através da capacidade de resistência e de adaptação às transformações que ocorrem na sociedade.

É a partir desse conceito apresentado, que construiremos a reflexão desse debate, pensando os atores social aqui mencionados, que constroem cotidianamente nosso objeto de pesquisa. A base teórica dessa pesquisa não se prende somente ao conceito adotado pelo Pronaf para caracterizar os agricultores familiares, partiremos das reflexões fomentadas por Maria de Nazareth (2003), observando o ator social não através do espaço rural e de cultivo, e sim, no espaço urbano, onde desempenha outra etapa do processo da sua cadeia produtiva, o de comercialização de seus produtos.

## **2.4 Agricultura familiar nas políticas de desenvolvimento no Maranhão.**

Partindo do conceito de desenvolvimento já exposto e das reflexões sobre agricultura familiar discutidas, é necessário compreender o seu lugar nas políticas de desenvolvimento no estado do Maranhão. Entende-se que a agricultura familiar no Brasil transita por uma série de questões conceituais e de reconhecimento, neste subtópico propomos a investigar as políticas de desenvolvimento através de seus objetivos, como funciona a abordagem dessas políticas e qual o lugar a agricultura familiar nelas ocupa.

Entendendo que “historicamente, a agricultura familiar ou “os pequenos agricultores” – como eram denominados até cerca de duas décadas atrás – sempre estiveram às margens das ações do Estado brasileiro, não raro incrementando sua fragilidade diante das opções de desenvolvimento perseguidas no País. Iniciando uma nova trajetória para a categoria social, a Constituição de 1988 incitou novos espaços de participação social e reconheceu direitos” (Grisa; Schneider, 2014, p. 126). No Brasil, as principais políticas públicas de natureza produtiva para a agricultura familiar são: a Reforma Agrária, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), compras públicas de alimentos (mercados institucionais) efetivadas por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A partir de 1988, foram adotadas medidas para apoiar a agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1996, que tem como objetivo principal fornecer crédito rural para os agricultores familiares, visando o fortalecimento de suas atividades produtivas. “O programa oferece linhas de crédito com juros mais baixos e prazos mais longos, contemplando diferentes finalidades, como: investimentos, custeio, comercialização e habitação rural” (Bezerra; Souza, 2023, p. 3).

De acordo com o Decreto nº 3.991/2001, o Pronaf tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, por intermédio de ações destinadas a implementar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a elevação da renda, visando a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania dos agricultores familiares. O programa apoia as atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas por agricultores familiares no estabelecimento ou aglomerado rural urbano próximo e disponibiliza linhas de crédito adequadas às necessidades dos agricultores familiares.

A execução do Pronaf é realizada por Bancos Públicos e Privados, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Cooperativas de Crédito

Rural. As operações de crédito rural contratadas no âmbito do Pronaf possibilitam aos agricultores familiares financiarem a aquisição de insumos, sementes, e realizarem o custeio de suas atividades de produção e cultivo. Quem utiliza esses serviços são os agricultores e produtores rurais que compõem as unidades familiares de produção rural, o empreendimento familiar rural, as cooperativas da agricultura familiar que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa ou Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF-Pronaf) válido. A partir de 2003, houve uma mudança na abordagem governamental, com a inclusão de assistência técnica e extensão rural no Pronaf, essa mudança garantiria que os agricultores tivessem acesso não apenas a crédito, mas também a serviços e tecnologias para sua produção.

Outrossim, tem-se também a Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006), que define e estabelece diretrizes para a agricultura familiar, reconhecendo sua importância para a segurança alimentar, o desenvolvimento sustentável e a preservação da cultura rural. A lei prevê medidas de apoio e incentivo à agricultura familiar, como acesso a crédito, assistência técnica, acesso à terra, comercialização e políticas de igualdade de gênero.

Ademais, outros programas foram renomeados, como a Campanha da Merenda Escolar (CME), criada em 1955, que em 1956 o presidente Juscelino Kubitschek mudou o nome da CME para Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), e em 1979, o programa passou a se chamar Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), funcionando como uma política de alimentação escolar que determina, a partir de com a lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% do valor repassado pelo programa nacional de alimentação escolar – PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades. que pelo menos 30% dos recursos destinados à alimentação escolar devem ser utilizados para a compra de produtos da agricultura familiar. Essa medida busca contribuir para o fortalecimento dos agricultores familiares e para a oferta de uma alimentação mais saudável nas escolas.

Em 2012, o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA) foi lançado, promovendo o acesso à alimentação e incentivando a agricultura familiar. O programa consiste na compra de alimentos produzidos por esses agricultores e sua distribuição para entidades socioassistenciais. Além disso, O PAA também investe na comercialização da agricultura familiar por meio da Compra Institucional, que garante a compra de alimentos para escolas, hospitais e outros órgãos públicos, estimulando a produção local e a renda dos agricultores.

A partir da exposição desses programas de desenvolvimento, esse estudo não se destina a investigar os impactos de tais políticas, pois o recorte desse trabalho está voltado para a compreensão de como essas políticas enxergam a agricultura familiar a partir de quais conceitos classificam ou desclassificam essa categoria, analisando suas abordagens e seus objetivos. Entender como essas políticas de desenvolvimento no Maranhão pensam a agricultura familiar possibilitam perceber de que maneira as tendências desenvolvimentistas perpetuam até os dias atuais.

Essas políticas de desenvolvimento estão pautadas já em seu enunciado, objetivando desenvolver a agricultura familiar, mas qual o sentido dessa premissa? É necessário observar que a tendência do desenvolvimento produz no meio rural a lógica de classificação em todas suas áreas, seja no seu processo produtivo ou de comercialização. Assim, o processo e escala de produção que a agricultura familiar produz, é colocado como rudimentar, atrasado, primitivo, e que há a necessidade de ser explorado, para assim evoluir ou desenvolver-se, pois ainda que o fazem, não é “suficiente”. Assim, essas políticas são elaboradas, partindo da noção de interpretar o uso e a exploração de determinado território a partir dos “esquemas interpretativos ou noções operacionais” (Almeida, 2008, p. ) existentes no capitalismo.

Dessa forma, a ideia de desenvolvimento se encontra no conceito adotado por Arturo Escobar (2007) que o aponta como uma forma presunçosa e etnocêntrica, que olha a agricultura familiar como uma “empresa” que deve ser desenvolvida se preocupando primeiramente em fazer o “progresso” acontecer, como se através dessas políticas o setor rural, e as relações nele produzidas, fossem atingir o tão sonhado (para ele, não por ele) desenvolvimento. As políticas mencionam o desenvolvimento da agricultura familiar a partir da noção de esquemas interpretativos, o que Alfredo Wagner denomina da seguinte forma:

“Os esquemas interpretativos de tão “inquestionáveis” se distanciam de realidades localizadas e de processos reais e se transformam em expressões opinativas. O opinativo é nutrido pela autoevidência, quando o mero fato de pronunciar “Amazônia” por si mesmo já a explica e não há quem duvide que assim seja. As inspirações alimentadas pelas autoevidências não perscrutam, não pesquisam e só fazem repetir” (Almeida, 2008, P.12).

Após analisar o relatório final da Conferência Estadual da Agricultura Familiar onde apresentam como missão promover a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável no Maranhão, por meio de políticas públicas que incentivem a produção de alimentos saudáveis, a segurança alimentar, a economia verde e a geração de trabalho e renda. Nota-se que essas políticas, da forma como são caracterizadas, assumem o

caráter benéfico e por consequência, inquestionável. A exemplo, no objetivo 48 é apresentado, “fomentar a agroindustrialização familiar no Maranhão é uma estratégia fundamental para promover a diversificação da produção agrícola, agregar valor aos produtos da agricultura familiar e impulsionar o desenvolvimento econômico das famílias rurais”, o que possibilita perceber mais uma vez o caráter de necessidade que é atribuído à essa categoria.

O Pronaf tem uma finalidade que demonstra essa tendência, tendo como objetivo “promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, por intermédio de ações destinadas a implementar o aumento da capacidade produtiva”, discutiremos, portanto, esses dois pontos, elucidando cada um. Primeiramente, “o desenvolvimento sustentável do meio rural” demonstra o sustentável como algo inédito, como se a partir do Pronaf o “meio rural” fosse se tornar sustentável, sem considerar ou mencionar que a agricultura familiar já possui uma relação diferenciada com o meio onde produz, por conseguinte “implementar o aumento da capacidade produtiva” demonstra a insatisfação no volume produzido por essa categoria, em razão da relação mercadológica capitalista que o Estado estabelece.

## **2.5 Políticas Públicas Estaduais e Municipais voltadas para a Agricultura Familiar**

Segundo o *site* oficial da prefeitura de Caxias-MA, compete à Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (SEMAPA) o planejamento, apoio e desenvolvimento da política agrícola e pecuária; a diversificação do plantio, o manejo adequado, a conservação do solo, a utilização de sementes e mudas saudáveis e orientação técnica; implantar projetos de benefício à agricultura familiar, dentre outras atribuições regulamentares. Para compreender como Caxias se apresenta frente as Políticas Públicas Estaduais voltadas para a Agricultura Familiar, e realizam sua efetivação no município, é necessário compreender sua participação no processo de regulamentação e funcionamento das Feiras Livres Municipais, tendo em vista que “fazer a feira” faz parte de uma das etapas da cadeia produtiva.

A partir da análise feita dos programas de desenvolvimento agrário no Maranhão, é necessário compreender o funcionamento da sua aplicação em Caxias-MA, sendo o município para onde está voltado nosso estudo. Para tanto, foi necessário buscar através da SEMAPA a constatação da aplicabilidade de tais políticas, para assim compreender como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) são executados no município.

As informações aqui apresentadas são fruto da entrevista com a atual secretária da SEMAPA, Luciana Andrea da Costa Soares. A entrevista foi seguida a partir de alguns questionamentos para melhor compreensão do panorama das ações voltadas para a agricultura familiar por parte da prefeitura municipal. Assim, as questões norteadoras que direcionaram a entrevista voltou-se para entender como a SEMAPA cumpre as políticas de desenvolvimento, no caso da PAA e se existem outras que estão sendo desenvolvidas; as atividades realizadas pela secretaria direcionadas à agricultura familiar; qual a relação entre as feiras livres que ocorrem na cidade de Caxias e a secretaria; a relação também com os povoados, se são atendidos e que forma de ação é desenvolvida; e o como se dá a cadeia produtiva que envolve a feirinha da gente - transporte, logística e suporte.

Segundo a secretária, a prefeitura municipal adere aos programas e a SEMAPA os executa. sendo eles: Programa de Aquisição de Alimentos, Plano Safra, Cadastro do Agricultor Familiar (CAF), Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), assistência técnica, crédito de apoio e fomento inicial. Parte dessas políticas estão ligadas à lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária sendo a lei nº 12.188 implementada em 11 de janeiro de 2010. Através da fala da secretária, é possível entender como funciona a execução dessas políticas. Segundo ela,

A gente tenta cumprir o máximo de políticas públicas que a gente consegue englobar. Desde a política da assistência técnica ligada a lei de ATER, bem como os programas de aquisição de alimentos, temos também a garantia safra, temos o programa nacional de reforma agrária, cujo a prefeitura tem um termo de cooperação técnica com o INCRA, que é o instituto responsável, então a gente tenta cumprir de acordo com as normas técnicas. (Luciana Andrea, entrevista concedida em 10 de janeiro de 2025)

Nesse sentido, entende-se que a atuação da secretaria acontece principalmente direcionadas à parte técnica. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi instituído pela lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, tendo em vista duas finalidades principais: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcançar esses dois objetivos, “o Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socio assistencial e pelos equipamentos públicos” (Carneiro, 2019, p. 1). Em Caxias, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é executado pela SEMAPA, como afirmado abaixo pela secretária:

Em relação ao PAA, a prefeitura faz adesão ao programa, nós selecionamos

os produtores através de uma chamada pública. Em cima disso nós visitamos, já prestando o processo de assistência técnica; fazemos um levantamento do que eles executam de plantio. A gente estabelece um período pra adquirir aquele produto e posterior a isso eles entregam o produto pra gente, uma vez selecionados né, por que a gente faz todo esse processo de triagem. A gente abre o período de inscrição, o agricultor vem na secretaria, informa o nome, a equipe técnica vai lá, vê se realmente é agricultor, se ele tem os documentos necessários para a inserção no programa, que hoje o documento se chama cadastro do agricultor familiar (CAF), que também é uma política pública executada pela secretaria, ele é selecionado e posteriormente ele começa ao que ele informou pra secretaria que planta, vende pro município. O município adquire esse produto, lança no sistema e ele recebe num cartão individual, onde o dinheiro ele saca no Banco do Brasil. Isso é uma política pública, voltada pra agricultura familiar a nível de governo federal, mas quem executa é o município. E é bem simples. Depois que ele vende esse produto, aí a gente pega todo esse produto e distribui nas entidades cadastradas através do conselho, através do CONSEA que é o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, regido pela sociedade civil, e é distribuído esses produtos de forma gratuita pra rede socio assistencial, pra rede de saúde e para as entidades da sociedade civil que são cadastradas, que a gente vai ter a APAE, clube das mães, algumas igrejas que são cadastradas aqui. (Luciana Andrea, entrevista concedida em 10 de janeiro de 2025)

Em relação aos outros programas, a SEMAPA oferece assistência técnica aos assentados da reforma agrária na região de Caxias-MA, contando com 30 áreas de assentamento, mas o acordo de cooperação é somente com as áreas do INCRA. A prefeitura executa assistência técnica para os agricultores e assentados nesses locais, levando consigo as políticas públicas do INCRA, principalmente os créditos apoio, fomento, e fomento inicial, que são linhas de crédito que o governo disponibiliza pra quem é agricultor e pra quem é assentado da reforma agrária. A secretaria atende todos os povoados, do 1º, 2º e 3º distrito de Caxias, sendo 825 povoados. Entretanto os atendimentos fixos são realizados à 350 povoados. Esses atendimentos são desde a assistência técnica, como orientação para o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, visitas as famílias de produtores e a produção até a execução das políticas voltadas para a área da zona rural. Foi possível entender através da entrevista com a Luciana Andrea, que a Secretaria de Agricultura, Pesca e Abastecimento é responsável somente pela feirinha da gente, evidenciando a independência que as outras feiras possuem em relação a secretaria.

## CAPÍTULO III - DO CAMPO ÀS FEIRAS LIVRES DE CAXIAS-MARANHÃO

No segundo capítulo buscamos apresentar o mapeamento das “feiras livres” do município apresentando o contexto do surgimento de cada uma, frente a expansão urbana da cidade. Em vista disso, o mapeamento das feiras é apresentado categorizando quais são as feiras regulamentadas pelo município e quais não são e como elas funcionam atualmente. Neste capítulo encontra-se a parte técnica e a prática, onde a técnica apresenta como ocorre a regulamentação das feiras livres e a prática demonstra a constituição da feira enquanto ação humana, de prática social e construção de saberes.

### 3.1 Conceito, surgimento e expansão urbana das Feiras Livres.

A dimensão conceitual que perpassa o significado de feira é muito ampla. Alguns autores fundamentam o conceito de feira relacionando-o apenas pelo aspecto econômico, outros autores conceituam essa categoria através de outros aspectos. O geógrafo Milton Santos (1979) desenvolveu um estudo sobre o processo de urbanização dos chamados países subdesenvolvidos e discorre dentro do tema os dois circuitos da economia urbana e suas relações de dependência. Para o autor, esse processo caracteriza-se pela divisão do espaço urbano, sendo o circuito superior caracterizado pelo grau de modernização, pela acumulação de capital e o uso de tecnologia de alto nível, e o circuito inferior caracteriza-se pela utilização de tecnologia pouco sofisticada relacionando-se ao comércio das classes média e populares, e constituído essencialmente pelo comércio não moderno. Nesse sentido, Milton Santos (1979) define a *feira livre* como um mercado pertencente ao circuito inferior da economia.

Outros autores consideram a *feira livre*, além de um local de comercialização no círculo econômico, de modo a considerá-la como “locais que carregam trajetórias, relíquias do passado, singularidades, crenças, tradições, costumes e identidades de um grupo” (Lobato, 2015, p. 242), apontando a feira como a constituição de um espaço onde “ainda é possível respirar, sentir, tocar e ver o ‘coração’ de uma cultura” (Lobato, 2015, p. 242). Outros autores como Souza (2015), conceitua as *feiras livres* como espaços que são construídos “para além da simples comercialização, compra e venda de mercadorias, devem ser pensadas enquanto espaços educativos e pedagógicos não formais de aprendizagem, que revelam a dimensão educativa das cidades e da relação do trabalho com a formação humana” (Souza, 2015, p.128). Segundo Forman (1979 *apud* Almeida, 2009, p.24) “as feiras são classificadas em quatro tipos: feiras de consumo, feiras de



distribuição, feiras urbanas de consumo ou de abastecimento e feiras de usina”. Desse modo, o autor distingue cada uma delas. As **feiras de consumo** são caracterizadas por mercados periódicos para a população rural de baixa renda, possuindo vendedores que comprem produtos de outrem e vendem os seus; as **feiras de distribuição** são constituídas pelas grandes feiras nas quais os intermediários comprem suas mercadorias e depois as comercializam em outras feiras; as **feiras urbanas de consumo ou de abastecimento** são o tipo de feira que se constituem como um mercado diário e um semanal, ou dia de feira; por fim, as **feiras de usina** são realizadas dentro da propriedade da usina e atendem às regiões vizinhas.

Segundo Almeida (2009, p.22) “Atribui-se à Idade Média, a oficialização das feiras, pois em Roma, estabeleceu-se que as regras de criação e funcionamento destas dependiam da intervenção e garantia do Estado, que atuava como disciplinador, fiscalizador e cobrador de impostos”. No contexto brasileiro, evidências apontam a existência das feiras livres trazidas de Portugal, no período da colonização, sendo importante destacar que “apesar da modernidade, elas resistem, sendo em muitas cidades do interior do país, o único local de comércio da população, funcionando também como centros de educação, cultura e entretenimento” (Forman, 1979 *apud* Almeida, 2009, p. 22).

Atualmente, podemos observar que no cenário urbano, as feiras livres enfrentam um processo de invisibilidade, conforme Mascarenhas e Dolzani (*apud* Souza, 2015, p.127) as feiras livres “vivenciam marginalização pelo poder público, na medida em que são qualificadas como antiquadas, obsoletas e anacrônicas, por não estarem em compasso com a mundialização da economia, que criou novas formas de comercialização”. Entretanto, ainda resistem na paisagem urbana contemporânea, tendo em vista que “embora as feiras livres estejam perpassadas por um processo de mudança de sua representatividade, ainda se evidencia como lugar dos encontros, das tradições, das compras, vendas e trocas, que permanecem nas vidas das pessoas” (Almeida, 2009, p.31).

A importância das feiras livres se manifesta para além do aspecto econômico, pois alcança a materialização da própria cultura. Nesta perspectiva, este trabalho se coloca a observar as *feiras livres* partindo da dimensão conceitual que a caracteriza como espaço de construção de saberes (Souza, 2015) e de práticas culturais (Lobato, 2015), buscando perceber-las também enquanto espaços constituídos por estratégias de resistência cotidiana material e simbólica.

Na cidade de Caxias-MA, local onde a pesquisa foi realizada, foram identificadas cinco feiras que acontecem em dias específicos da semana. Dessas cinco feiras, foi possível realizar o mapeamento e visita à quatro delas. Sendo três delas de caráter livre e uma regulamentada pela administração pública municipal. Desse modo, a partir do

conceito exposto, é importante destacar que as feiras da cidade de Caxias-MA possibilitam perceber a força de uma parte da economia local, sendo construída por feirantes que resistem ao longo do tempo.

Essa resistência também acontece pela contribuição que a agricultura familiar desempenha, sendo assim “destaca-se que a agricultura familiar em Caxias tem relevante importância na economia, pois além de gerar ocupação no campo, também é responsável por garantir boa parte dos alimentos que chegam as Feiras Livres” (Carneiro, 2009, p. 73). Assim, conhecer as feiras livres e como elas funcionam torna possível registrar sua existência e contribuição para a cidade de Caxias- MA.

### **3.2 Regulamentação e funcionamento das feiras livres Municipais**

Segundo o Código de Posturas do município de Caxias-MA, conforme Art.57, 2º parágrafo, “serão obrigações comuns a todos os que exercerem atividades nas feiras livres: ocupar especificamente o local e área delimitada para seu comércio, manter a higiene no seu local de comércio e colaborar para a limpeza da feira e das imediações, somente colocar à venda gêneros em perfeitas condições para consumo, observar na utilização das balanças e na aferição de pesos e medidas, o que determina as normas pertinentes, observar rigorosamente os horários de início e término da feira livre”.

Desse modo, entende-se que código de posturas norteia uma parte de como deve acontecer as feiras livres, no sentido de organização do espaço urbano, acrescentando ainda que os feirantes e vendedores ambulantes não devem estacionar nas vias públicas e em outros logradouros fora dos locais previamente determinados pela prefeitura municipal, impedir ou dificultar o trânsito.

A partir do material fornecido pela SEMAPA, entende-se que a mesma é responsável, atualmente, somente pela feirinha da gente. Entretanto, sua atuação não se restringe apenas à prática de venda lá produzida, se estende também a outros setores de atendimento, como a orientação técnica que a secretaria desempenha. Isso pode ser entendido através da fala da secretária da SEMAPA

A feirinha da gente é uma feira criada pela prefeitura municipal de Caxias com o eixo da agricultura que envolve os serviços da secretaria de agricultura. Onde a gente fez o cadastro com quem realmente é produtor, então lá os produtos são produtos oriundos do agricultor familiar, e semanalmente a gente manda buscar o material deles e dá estrutura para uma vez na semana eles estarem em Caxias fazendo as vendas dos produtos que eles produziram ao longo daquela semana, daquele mês ou ano. Então a feirinha da gente é a única feira que é de fato, com toda estrutura, toda essa questão de logística, feita pela prefeitura com o auxílio da secretaria de agricultura. Por que lá é muito mais do que uma feira do agricultor, é uma feira que envolve vários eixos, e o eixo da

agricultura é organizado aqui pela secretaria. Nas demais a gente só tem as informações, temos os nomes de algumas pessoas, cadastradas aqui, mas ela necessita de uma organização que não é tão somente dessa pasta, que hoje se chama atividades produtivas. Ela vai envolver também o urbanismo, por que se uma pessoa colocou pra vender algum produto na rua, não é a secretaria de atividades produtivas que vai dar anuência. É a secretaria de urbanismo então ela precisa ter uma autorização. Se ela foi vender lá, alguém deixou, ou ninguém deixou e ninguém olhou, ninguém quis tirar”. (Luciana Andrea, entrevista concedida em 10 de janeiro de 2025)

Segundo a fala acima, atualmente a SEMAPA conta com dezesseis unidades familiares cadastradas, que fazem parte da **feirinha da gente**. O processo que a secretaria realiza acontece primeiramente em cadastrar essas famílias com o nome de um integrante (como regra é a mulher que representa a família) e posteriormente disponibilizam as barracas. A estrutura física e o transporte é disponibilizado todos os finais de semana, com o objetivo de transportar todo material dessas famílias, incluindo estruturas e produtos, e trazer pra Caxias, sendo que ao final da feirinha as famílias retornam com o mesmo transporte que as levaram. As normas que são estabelecidas na **feirinha da gente**, incluem a frequência aos domingos como elemento regulador, visto que o excesso de falta implica a retirada do cadastro da pessoa, eventualmente na sua participação. A secretária, Luciana Andrea, explica:

São estabelecidas regras. Excesso de falta a gente retira, porque ela é um evento cultural na cidade, então mesmo esse eixo da agricultura sendo diferente da parte cultural em termos de apresentação artística, mas ela entra dentro do projeto que é a feirinha da gente. (Luciana Andrea, entrevista concedida em 10 de janeiro de 2025)

A feirinha da gente é caracterizada como um evento cultural, onde ocorrem apresentações de diversos grupos existentes no município de Caxias-MA, desse modo, se desenvolve além do eixo econômico.

### 3.2.1 Feira do Seriema; feira da Cohab; feirinha da gente.

| <b>Dia da semana</b> | <b>Local</b>                                  | <b>Ponto de referência</b>  | <b>Horário</b> |
|----------------------|-----------------------------------------------|-----------------------------|----------------|
| Segunda-feira        | Bairro Volta Redonda<br>Rua do Espírito Santo | Próxima ao SAAE             | 6h00 às 15h00  |
| Quinta-feira         | Bairro Seriema<br>Avenida Santos<br>Drumond   | Próxima ao Instituto Maciel | 6h00 às 13h00  |

|         |                                              |                                    |                  |
|---------|----------------------------------------------|------------------------------------|------------------|
| Domingo | Bairro Cohab<br>Avenida Benjamin<br>Constant | Na rotatória<br>do bairro<br>Cohab | 6h00 às<br>14h00 |
|         | Bairro Centro, Praça<br>Vespasiano Ramos     | Praça<br>Vespasiano<br>Ramos       | 8h00 às<br>15h00 |

O quadro acima apresenta o horário de cada feira, sua localização dentro da cidade de Caxias e respectivamente o dia da semana em que cada uma ocorre. As feiras municipais que foram possíveis de serem mapeadas de forma presencial são: Feira da Volta Redonda; Feira do Seriema; Feira da Cohab e Feirinha da Gente. Essas feiras acontecem durante o período matutino e uma parte do período vespertino em seus respectivos dias. Até a data desta pesquisa, a única feira de responsabilidade da SEMAPA é a Feirinha da Gente, que ocorre aos domingos na praça São Benedito. Um fato curioso sobre as feiras livres é que é comum encontrarmos os mesmos feirantes em diferentes feiras.

### 3.2.2 A feira da Seriema

A **feira do Seriema**, também conhecida como feira do Ipem, é construída nos dias de quinta-feira, começando às 6h00 e terminando às 13h00, acontece no bairro Seriema na avenida Santos Drumond. A feira do Seriema iniciou a partir da venda do antigo mercadinho, onde vendiam carnes e peixes, e na parte de fora, na rua mesmo, acontecia a feira. Atualmente, os produtos que predominam nessa feira são: farinha, fava, feijão verde e seco, azeite de coco, tomate, cebola e muitos tipos de hortaliças. Algumas pessoas ainda resistem em vender peixes e improvisam seus locais com isopor e balcões de madeira. Nota-se também a presença de mulheres vendendo roupas na parte mais acima da avenida. Conta com dezenove pontos de venda, sejam construídos por caixotes, barracas, isopor, lona, ou até mesmo a carroceria do carro. Possui um perfil de vendedores variado, contendo pessoas a partir de 23 até mais de 40 anos, e todos possuem seus lugares fixos.

### 3.2.3 A feira da Cohab

A feira da Cohab, que acontece na rotatória do bairro Cohab é construída todos os domingos, começando às 6h00 e terminando às 13h00. A feira da Cohab é a maior feira em quantidade de pontos de vendas, sendo um total de 47 barracas montadas e

desmontadas aos domingos. Ainda que alguns vendedores estejam lá no dia da semana, é no domingo que a feira acontece de forma mais intensa e com um fluxo de pessoas consideravelmente positivo. Os principais produtos comercializados nessa feira são: farinha de puba, farinha branca, fava, feijão verde e seco, puba fresca, tapioca, azeite de coco, tomate, pimentão, cebola, hortaliças, abóbora, frutas em geral, polpas e roupas.



Figura 1: Banca de verdura na feira da Cohab

Fonte: Arquivo pessoal



Figura 2: Vista de cima de algumas bancas na feira da Cohab

Fonte: Arquivo pessoal

#### **3.2.4 feirinha da gente**

Fundada no dia 31 de julho de 2017, a Feirinha da Gente acontece aos domingos na Praça Vespasiano Ramos. É composta por 12 barracas voltadas para a agricultura

familiar e 11 de artesãos. Alguns dos produtos da agricultura familiar são comercializados no local, além das atrações culturais que são apresentadas. Idealizada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e Secretaria Adjunta de Turismo, o local se transformou em ponto turístico aos domingos, das 8h às 15h, e hoje recebe a colaboração de outras secretarias municipais: Agricultura e Pesca; Infraestrutura; Assistência e Desenvolvimento Social; Saúde; Cultura, Patrimônio Histórico, Esporte, Turismo e Juventude; Educação, Ciência e Tecnologia, dentre outras.



Figura 3: Barracas na feirinha da gente na praça Vespasiano Ramos

Fonte: site oficial da prefeitura de Caxias-MA



Figura 4: Produtos expostos nas bancas na feirinha da gente

Fonte: site oficial da prefeitura de Caxias-MA

## CAPÍTULO IV- A FEIRA DA VOLTA REDONDA

Neste capítulo apresentamos a espaço organizativo da feira a partir dos feirantes demonstrando em cada narrativa os seus significados, ampliando-se para um olhar da feira para além de um espaço de comercialização. As práticas desenvolvidas na feira envolvem o relato dos feirantes sobre a origem da feira sob sua ótica mostrando seus pontos de vistas sobre a política, sobre suas relações familiares, sobre segurança, sobre hábitos de como se fazer o comércio, sobre o jeito peculiar de falar para conquistar o freguês e sobre suas trajetórias de como chegaram a se tornarem feirantes.

Para além de apreender as representações da feira para os feirantes, a partir do método da etnografia, este capítulo também vislumbra apresentar as estratégias de resistência na e para a manutenção desse espaço através das narrativas de seus atores sociais.

### 4.1 A história da Feira da Volta Redonda

Como já exposto, o Maranhão é um estado brasileiro marcado por questões agrárias e violência no campo. Para contar a história da feira, é necessário entender a história do bairro onde ela se localiza. Através dos relatos dos moradores do bairro, entende-se que o processo formativo do bairro Volta Redonda aconteceu por volta de 1976, quando pessoas expulsas de suas terras no campo foram se alocando pela região que hoje o bairro se encontra. Esse período foi marcado por disputas e apropriação de terras de trabalhadores rurais e lavradores por latifundiários, desse modo, diante desse cenário, o bairro Volta Redonda faz parte dos bairros de Caxias “que possuem um grande contingente de pessoas da classe trabalhadora, formados a partir da vinda de pessoas da zona rural” (Abreu, 2023, p. 528). A história desse período pode ser percebida através da fala da secretária da SEMAPA, Luciana Andrea Soares:

O bairro Volta Redonda é um bairro no contexto histórico de Caxias, que em seu início agregava muito o pessoal da zona rural. Então essas pessoas que moram aqui nesse bairro, são pessoas que sempre tem um dedinho na zona rural. É filho de um produtor, enfim. (Luciana Andrea, entrevista concedida em 10 de janeiro de 2025)

Desse modo, compreende-se que no início o bairro Volta Redonda, se constituía

sem o suporte adequado sendo uma “região distante do centro urbano, com pouca ou nenhuma estrutura e serviços urbanos, onde vive a população de baixa renda” (Michaelis, 2015 *apud* Jesus, 2021, p. 59). Nesse sentido, entende-se que nesse momento o bairro escrevia sua história, através de seus entraves que marcavam esse período no contexto brasileiro. Nesses bairros periféricos, na década de 1980, em busca de melhores condições de vida, associações de bairros foram sendo criadas, como as associações de moradores (Pereira, 2017, p.71)

Logo isso se refletiu também em Caxias. Segundo Pereira, “no início daquela década, o município passava por significativas mudanças, entre elas a ocupação do espaço urbano, provocada pelo aumento populacional, devido principalmente ao êxodo rural” (Pereira, 2017, p. 71). Entende-se que:

O inchaço da zona urbana e as crescentes demandas provocadas pela falta de saneamento básico, iluminação pública, postos de atendimento médico nos novos bairros e a violência começaram a inquietar a população, que aos poucos se mobilizava, criando em diversos bairros da cidade, associações de moradores ou grupos reivindicatórios para exigir seus direitos perante a administração municipal. (Pereira, 2017, p. 71)

Assim exposto, o cenário político de Caxias vivenciava mudanças significativas, com movimentações políticas aproximando-se das organizações sindicais, na busca por conquistar apoio e exercer um certo grau de influência nesses grupos. Como exemplo dessas organizações, apresenta-se o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caxias, que era requisitado pelos partidos políticos no município, em virtude de possuir muitos associados e estar em destaque naquele momento em que no país estava em discussão o Plano Nacional da Reforma Agrária. Segundo Pereira (2017, p. 72) “Eram notórias suas manifestações contra a violência enfrentada pelos trabalhadores rurais, especialmente o pequeno lavrador”.

O político Paulo Marinho teve influência em Caxias a partir da década de 1980. Em 1985 foi nomeado para dirigir a Delegacia Regional do Trabalho e em 1993, concorreu as eleições municipais de Caxias, assumindo o cargo de prefeito nos anos de 1993 à 1996. Segundo Pereira “A emergência de Paulo Marinho surge na década de 1980, quando a sociedade caxiense se mobilizava, reivindicando seus direitos, querendo uma vida digna e melhor” (Pereira, 2017, p. 68) em vista disso, entende-se as políticas municipais adotadas em seu mandato voltadas para o setor de produção rural, pois estavam em consonância com as reivindicações emergentes na época.

Nesse sentido, as relações que se estabelecem no bairro, são influenciadas pelo seu processo de formação. Dezoito anos após o surgimento do bairro, em virtude das



locomoções das pessoas da zona rural para essa região de Caxias, a feira começa a acontecer em 1994. Entende-se que uma das motivações do surgimento da feira foi o fato do bairro estar localizado distante do centro de Caxias, assim, a feira da Volta Redonda surge como uma alternativa de abastecimento, afim de atender algumas necessidades que os moradores do bairro enfrentavam. Observa-se esse fato na fala da Luciana Andrea Soares, secretária da SEMAPA,

Então naquela época eles vinham pra cá e estabeleceram essa feira aí. Eles vinham, traziam as coisas, como é um bairro que a 30, 20 anos atrás era um pouco afastado do centro de Caxias que era ainda menor, eles começaram fazendo essa primeira feira aqui da Volta Redonda. (Luciana Andrea, entrevista concedida em 10 de janeiro de 2025)

Na busca por encontrar na SEMAPA um documento ou registro que possibilitasse entender como aconteceu a implementação dessa feira, obtivemos a seguinte resposta:

Existe uma informalidade muito grande dentro das secretarias do município. Então assim, se não é instituído em projeto de lei, que passa pela câmara de vereadores, ela é informal. Então o município não faz nenhum projeto que a câmara não de anuência, então ali é informalidade. Por exemplo, a ferinha da gente tem um projeto, um plano piloto, ela é do município e a gente tem o escopo desse projeto, por que foi criada na gestão. Mas se entrar uma outra gestão e achar por bem finalizar, finaliza. Por que não tem um projeto de lei específico. Diferente da criação por exemplo, de um serviço de inspeção municipal que tem um projeto de lei que obriga, diferente de qualquer outro tipo de inspeção que possa vir a ter no município, que a câmara dê anuência. No mais, não existe esses projetos, é só verbal mesmo e da ideia do prefeito e da gestão atual. É preciso que a câmara do município, junto em consorcio com o poder público, ele estabeleça determinados projetos de lei voltado para a área do setor primário, principalmente voltado pro setor de agricultura, agropecuária, etc. (Luciana Andrea, entrevista concedida em 10 de janeiro de 2025)

Desse modo, entende-se que a feira do bairro Volta Redonda inicia-se a partir de uma política municipal de gestão, dando impulsionamento para quem produzia na zona rural e queria vender na zona urbana. Apesar do cenário desfavorável para a existência da feira pela não manutenção de incentivo pela administração municipal, e apesar da falta de assistência que a feira enfrentou posteriormente, ela ainda é construída nos dias de hoje. Essas questões desfavoráveis contribuem para o enfraquecimento da feira, mas apesar disso, ela continua existindo, e é na resistência cotidiana dos feirantes ali presentes que esse trabalho se debruça.

Se estamos buscando evidenciar a importância das feiras livres para além do aspecto econômico, entende-se que as relações ali estabelecidas não são só de compra e venda entre feirante e freguês, existe todo um sistema de trocas materiais e simbólicas.

Nesta perspectiva, observar a feira e registrar a narrativa dos feirantes que constroem esse espaço cotidianamente até hoje, é possibilitar perceber as estratégias de resistência presentes em cada saber produzido e reproduzido simultaneamente.

#### **4.2 A organização do espaço da feira**

A feira da Volta Redonda que acontece na rua do Espírito Santo no bairro Volta Redonda é construída toda segunda-feira. Os feirantes começam a chegar a partir das 5h00 da manhã e a partir das 12h00 começam a ir embora, sendo que alguns feirantes ficam até as 15h00. A feira da Volta Redonda possui dezessete barracas ao total, sendo: 8 barracas de verduras e hortaliças, 2 de temperos secos, 2 de farinha, 1 de badulaques, 2 de bolo e 1 de milho e 1 de carne. Alguns dos feirantes só desenvolvem sua atividade nessa feira, como é o caso da Maria Domingas, outros se espalham pelas ruas da cidade nos outros dias de semana, como é o caso do seu Raimundo e ainda há aqueles que se locomovem para as outras feiras, nos seus respectivos dias, como a da Cohab, que é o caso da dona Cezarina e do seu Evangelista e a do Seriema, que é onde a dona Mocinha também participa. Ainda que um ou dois vendedores estejam lá em outros dias da semana, é na segunda-feira que a feira acontece de forma mais intensa e com um fluxo de pessoas alto.

Os principais produtos comercializados nessa feira são: puba fresca, tapioca fresca, azeite de coco, tomate, pimentão, cebola, hortaliças, abóbora, frutas em geral, feijão verde, azeite de coco, temperos secos, farinha de puba, farinha branca, coco babaçu, alho; caju; melancia, fava, milho, cachaça, mandioca, carne de porco. Como regra, os feirantes têm suas barracas do tipo tenda, que é possível de ser montada e desmontada, o que possibilita eles levarem sua tenda para casa ao final das atividades. Entender que a feira é construída também a partir das regras presentes no código do município, sabe-se que o espaço ocupado deve ser zelado e desocupado após o período em que a feira acontece, tendo em vista que ela é construída no espaço urbano e ocupa uma via pública. Assim, os feirantes montam e desmontam suas tendas e relatam o fazem:

Venho pra feira de carro próprio. A barraca eu monto e desmonto. E levo pra casa. Alguns deixam as bancas de madeira ali. A minha não, eu desmonto, guardo e levo pra casa. As barracas tudinho são desmontadas, as únicas coisas que ficam são as bancas de madeira, que não dá pra desmontar. A minha eu levo pra casa, por que as coisas já dão um trabalho danado pra fazer, se ficar aí os mendigos quebram tudo. (seu Raimundo, entrevista concedida em 13 de janeiro de 2025)

A gente aluga o carro pra poder trazer a gente com as coisas, os produtos, a mercadoria, tudo. Por que é muita coisa pra gente trazer sem ser no carro alugado, o nosso mesmo quebrou. Aí a gente chega, 5h00 monta tudo, ajeita a mercadoria e começa a vender. A gente vai embora umas 15 horas. A gente desmonta tudo e leva pra casa. (dona Cezarina, entrevista concedida em 13 de janeiro de 2025)



Figura 5: Seu Raimundo desmontando sua tenda Fonte: Arquivo pessoal

Cada vendedor tem seu espaço fixo, e a delimitação desse espaço não acontece por acaso. Se alguém for colocar uma venda no circuito da feira, é necessário conversar com os feirantes antes, pelo menos pra entender que cada um já tem seu lugar determinado e qual lugar está vazio e possibilitado de colocar venda. Alguns começaram através de amigos e conhecidos, e isso encontra-se nos relatos dos feirantes:

Comecei em 2012. Eu vim aqui, conversei com os feirantes, perguntei em qual lugar eu podia ficar, por que cada qual fica em seu lugar. Aí a dona Rita disse ‘não, bote bem aqui rumo de mim’, aí eu fiquei um tempo lá, aí depois eu vi que não tinha ninguém aqui e eu vim bem pra cá, pra cima da calçada, aqui eu trabalhei muito tempo, aí o Lázaro fez essa puxada aí, aí eu descii aqui pra baixo. Aí eu to aqui até hoje. (seu Raimundo, entrevista concedida em 13 de janeiro de 2025)

Eu fui pro meu povoado cajueiro em 2000, quando eu chego lá, a situação tava meio difícil. Eu tinha uma colega, a Diomar. Ela já era feirante aqui, aí quando foi um dia ela me chamou ‘Domigas vamo fazer uma feira’ aí eu falei ‘eu não quero fazer feira que eu não entendo dessas coisas’ e ela ‘não, vamo’, aí a gente começou fazendo o beiju de coco, bolo de puba, tirando a tapioca e fazendo a farinha. (Maria Domingas, entrevista concedida em 13 de janeiro de 2025)

Assim, compreende-se que uma característica específica das feiras livres está relacionada na “utilização de um espaço, que é alterado com a sua realização e que, após, volta ao arranjo original, havendo, portanto, a necessidade de produzir, semanalmente, um espaço onde as trocas possam ser realizadas” (Almeida, 2009, p. 25). Desse modo, a construção a feira está ligada na resistência dos feirantes em que a cada segunda-feira estão presentes no ato de construção desse espaço.

#### **4.3 A construção social da identidade dos sujeitos que constroem a Feira.**

A categoria feirante não é reconhecida por todos que fazem a feira. Alguns dos vendedores não se reconhecem como feirante, que é o exemplo do seu Evangelista, que assume a identidade de lavrador, mesmo que atualmente esteja exercendo atividade na feira. Vale ressaltar que a categoria econômica de uma pessoa não implica na sua da categoria social, por exemplo: uma pessoa pode ser quilombola (categoria social) e ser produtor rural e feirante (categoria econômica), as formas de existência social não anulam a forma de relação que aquele indivíduo estabelece economicamente com o sistema a qual está submetido.

Nesse processo de construção de identidade, entende-se o conhecimento sobre aquilo que está vendendo um dos fatores cruciais para seu estabelecimento. O saber em volta de diferenciar o mesmo produto em ser de qualidade ou não, conhecer o processo de produção da farinha, saber identificar o azeite puro do manipulado, todos esses aspectos estão envolvidos na construção do conhecimento e saber construídos ao longo da prática. O conhecimento sobre a farinha boa está atrelado a caracterização de “a mulher da farinha boa”, esse conhecimento adquirido na prática faz parte da construção identitária dos sujeitos, pois alimentam sua identidade e sua construção enquanto aquele que conhece e sabe sobre o que está vendendo. Dona Mocinha relata a seguir:

Sou conhecida como a mulher da farinha boa. Se eu ver a farinha, olho e já conheço. Por que eu já compro de um lugar onde eu conheço as pessoas. Às vezes eu compro mais caro um pouquinho, mas que é um pouco melhor, pra você vir outra vez. Por que se comprar ruim minha filha, não vem mais. E quando tem ruim, eu desclassifico, como essa aqui, que eu tenho de dez e tenho de oito. (D. Mocinha, entrevista concedida em 13 de janeiro de 2025)



Figura 6: Fregueses da dona mocinha aguardando para comprar a farinha Fonte: Arquivo pessoal



Figura 7: D. Mocinha pesando a farinha de puba para seu freguês Fonte: Arquivo pessoal

Portanto, conclui-se que a identidade dos feirantes é formada também por elementosexternos e que através do saber, constrói-se uma característica específica sobre aquela pessoa. “A mulher da farinha boa”, “o homem do feijão verde bom” caracterizam os sujeitos de modo a destacar também seu conhecimento, pois eles compram seus produtos analisando a qualidade dos mesmos.

#### **4.4 A feira e resistência cotidiana.**

Para discorrermos sobre a resistência cotidiana dos feirantes presentes na feira da Volta Redonda, fazemos uso dos conceitos apresentados por James Scott, que traz em suas discussões como a resistência pode se apresentar para além de ações

coletivamente organizadas e grandes revoluções. Nesse sentido, chama a atenção sobre “A tendência para desconsiderar atos ‘individuais’ de resistência como insignificantes e reservar o termo de “resistência” para ações coletivas ou organizadas é uma orientação equivocada, assim como a ênfase na ação “orientada por princípios” (Scott, 2002, p. 28). Desse modo, o autor parte dos estudos sobre a resistência cotidiana camponesa e afirma que

Essas formas de resistência são estratégias cotidianas permanentes das classes rurais subordinadas que vivem em difíceis condições. Em tempos de crise ou momentos de mudança política, podem ser complementadas por outras formas de luta que são mais oportunas. Entretanto, elas não desaparecerão enquanto a estrutura rural social se mantiver exploradora e desigual. Assim, essas estratégias são o alicerce obstinado sob o qual outras formas de resistência devem crescer e tendem a persistir após outras formas de resistir terem falhado, ou após produzir-se, por sua vez, um novo padrão de desigualdade. (Scott, 2002, p. 24)

Dessa maneira, entende-se que a resistência emerge de acordo com a situação a qual ela se opõe. O autor discorre sobre três pontos, o primeiro que não há nenhuma exigência de que a resistência assuma a forma de ação coletiva, segundo que na definição permite afirmar que muitos atos de resistência podem produzir consequências imprevisíveis, por fim, “o reconhecimento expresso na definição do que é que chamamos de resistência simbólica ou ideológica (fofoca, injúrias, rejeição de categorias impostas, questionamento e afastamento da deferência) como uma parte integral da resistência baseada na diferenciação de classe” (Scott, 2002, p. 24). Assim, o presente estudo observa os aspectos sutis do cotidiano analisando-os e relacionando-os aos conceitos trazidos.

As informações aqui apresentadas são resultado das entrevistas com os cinco feirantes entrevistados. As entrevistas aconteceram a partir de alguns questionamentos para melhor compreensão sobre a construção da feira e posteriormente analisar as estratégias dos feirantes da feira da Volta Redonda. Assim as questões norteadoras que orientaram as entrevistas estão voltadas para compreender as motivações de fazer a feira, o conhecimento sobre os produtos que estão sendo comercializados, a visão dos feirantes sobre a própria feira e as relações de venda e amizade ali estabelecidas.

O olhar e o ouvir dentro da feira possibilitam entender que as estratégias de resistência dos feirantes às vezes se encontram na desconfiança e recusa para pessoas desconhecidas, funcionando como uma forma de resistir, como por exemplo, quando chegamos no ambiente da pesquisa e nos deparamos com a esquiva, que mesmo sendo uma resistência simbólica, não deixa de expressar uma força. É notável a potência que emana desse ato, porque ele também está ligado a segurança, seja para a proteção da sua

possibilidade de vender, ou simplesmente dos seus dados. Entende-se que a esquivas às vezes é a única opção disponível diante das forças que imperam.

As relações de sociabilidade presentes na feira, são perceptíveis tanto no observar quanto nos relatos. Esse espaço produz e constrói relações sólidas, onde podemos entender que “feirantes e fregueses atuam nesse processo a partir de arranjos sociais, culturais, econômicos e políticos locais, interagindo de forma articulada e interdependente pois, estão atentos às dinâmicas locais, nacionais e globais” (Almeida, 2009, p. 37) e mais ainda, estão ligados por uma coerção de fidelidade, e essa relação também representa uma forma de resistência, nota-se isso na fala do Seu Raimundo:

Uma vez eu cheguei, peguei a mercadoria que eu tinha botei toda lá, aí o Antônio disse ‘ó tu devia ter botado lá, por que chegou um freguês aqui teu, e aí é procurando por ti por que tu não tava ali, aí eu disse não ele botou aqui pra eu vender’ aí o freguês disse ‘pois é, porque que ele não botou lá? Eu gosto de comprar mais é na mão dele’, então é assim, cada qual tem seu freguês. Eu tenho o meu, ele tem o dele, então cada qual tem seu freguês. O meu freguês só compra em outro lugar se eu não tiver aqui. (seu Raimundo, entrevista concedida em 13 de janeiro de 2025)

Isso demonstra a ligação de amizade e fidelidade que feirante e freguês estabelecem nas suas relações, fortalecendo os vínculos e reforçando o significado de ir à feira nos dias de segunda. Entende-se que essas relações funcionam também como estratégias de resistência para a feira continuar existindo, representando muito mais que um lugar só para fazer compras, sendo um espaço “de experiências e tessitura de saberes, do compartilhamento de intimidades para celebração das colheitas da vida, aspectos difíceis de se encontrar, por exemplo, em supermercados ou em outros espaços” (Almeida, 2009, p. 105). Essa relação positiva também tem seus motivos. Seu Raimundo explica como faz pra conquistar seus fregueses:

Meu tratamento é diferente, né. Assim, eu trato bem, tem que ter aquele jogo de cintura pra poder vender. Ser alegre, né. Saber receber as pessoas pra poder vender a mercadoria. Não é só você ter a mercadoria e não ter presença. Tem que ter presença. Aliás, graças a Deus, eu não me reclamo. E quando eu não vendo é por que não deu pra mim vender, mas freguês meu não passa batido, só quando ele não quer comprar mesmo. (seu Raimundo, entrevista concedida em 13 de janeiro de 2025)

Priorizar a entrega de um produto de qualidade foi uma fala percebida em todas as entrevistas. Entender que a performance influencia no funcionamento da feira, nas vendas, nas relações de sociabilidades e no fortalecimento da característica de entregar algo muito bom, expressa o conhecimento atrelado a captação e manutenção do freguês. Nesse

sentido “a Feira constitui-se um espaço multicultural, no qual os feirantes enredam e compartilham conhecimentos matemáticos, sociais, econômicos e obviamente educacionais, configurando toda a transdisciplinaridade da Feira” (Almeida, 2009, p. 97). É possível perceber isso nos relatos abaixo:

É uma mercadoria de qualidade, você compra uma mercadoria lá na rua, ensacada, você não sabe o que é que você ta comprando. Tu ta vendo, mas quando chega em casa que vai ver... um dia desse meu sobrinho comprou uma farinha no supermercado, chegou em casa jogou dentro da carne, quando ele mexeu, jogou a carne com tudo no mato por que não prestou, e aqui você ta sentindo o sabor antes de comprar. (Seu Evangelista, entrevista concedida em 13 de janeiro de 2025)

Assim, no supermercado tem muita coisa que aqui tem, antigamente era diferente não tinha tanta coisa que tem hoje. Mas hoje o supermercado tem banana, tem tomate, tem cheiro verde, vende o pepino, vende o quiabo, vende o maxixe, vende abóbora, vende tudo, vende. Mas o pessoal gosta daqui por que é fresco, a verdura que vem pra cá tem que vim fresca. No supermercado chega uma carrada de verdura passa de semana. Muitas vezes você chega no supermercado a pimenta ta murcha, quiabo ta murcho, maxixe ta murcho, a folha já ta murcha, pepino também, tomate ta todo machucado, do povo machucar, encacar o dedo. E aqui não, o pessoal compra e sabe trabalhar, por que se ele colocar um tomate machucado ele não vende. Aqui na feira tem que ta com o tomate todo durinho, bom pra vender. Então é assim, aqui a verdura é fresca. (Seu Raimundo, entrevista concedida em 13 de janeiro de 2025)

Aqui eles encontram vários produtos que em outros lugares não encontram, por exemplo, a puba fresca. Aqui eles encontram, tem outros lugares que não encontram. Ver a puba fresquinha, ver a tapioca fresquinha, o beiju ele vem fresco, viu. Então por isso as pessoas gostam. (Maria Domingas, entrevista concedida em 13 de janeiro de 2025)

Mesmo tendo supermercado, a feira é boa e as pessoas vem de fora comprar. Hoje mesmo, só desse saco aqui, é três sacos de farinha que eu to vendendo. Por que as pessoas já vem procurar. As vezes vai até na minha casa, procurar por mim, por isso que eu tenho que ter coisa de qualidade. (Dona Mocinha, entrevista concedida em 13 de janeiro de 2025)

Desse modo, nota-se o conhecimento atrelado nas motivações que contribuem para o funcionamento da feira. Outro aspecto que pode ser percebido é que a atividade de vender na feira as vezes é passada de mãe pra filho, ou de marido pra mulher, em determinadas circunstâncias, em que isso se torna necessário e viável, sendo possível perceber através disso, o mantimento de uma prática e a resistência em manter aquela atividade. Nota-se as relações de parentesco entre algumas pessoas que trabalham na feira, seja no mesmo segmento, que é o exemplo do Seu Evangelista e a dona Cezarina que são um casal e trabalham juntos, ou um filho herdando a atividade realizada anteriormente pela mãe, por exemplo, a venda de bolos ou banca de verduras.

Outra estratégia de resistência apresenta-se na prática de comprar pra revender,



sendo comum em situações onde antes essas pessoas produziam e por algum motivo, geralmente de saúde, tiveram que abandonar essa prática. Nota-se esse fato através dos relatos do seu Evangelista e da dona Mocinha abaixo:

Na verdade, isso aqui era pra ser tudo da minha produção, porque antes eu produzia, mas hoje não posso mais por que adoeci da perna. As vezes a gente produz, mas hoje em dia a gente faz mesmo é comprar. Então isso aqui tudo eu trago do interior, aqui da baixa do engenho, aqui da barriguda, todo lugarzinho que tem por ali. O azeite vem do bom jardim, nada eu compro de fora, só daqui de perto. (Seu Evangelista, entrevista concedida em 13 de janeiro de 2025)

Dona mocinha também menciona que vende “arroz, feijão, tapioca, farinha. Eu produzia, mas do meio pro fim não aguentei mais fazer. Aí pra continuar vendendo eu tenho que comprar. Eu compro de lá da barriguda e do jacurutu, por que eu conheço as pessoas de onde eu compro. (Dona Mocinha, entrevista concedida em 13 de janeiro de 2025)

Registrar os significados que a feira possui, possibilita perceber o valor que o ato de fazer a feira representa, e como essa importância contribui para os feirantes continuarem construindo-a. O começo das atividades dos feirantes se assemelha no sentido de começarem por motivações econômicas, sendo a questão financeira um dos principais fatores que impulsionaram dar início à essa atividade.

Entretanto, atualmente a feira corresponde além do âmbito econômico na vida dos feirantes, e essa correspondência se configura como uma estratégia de resistência. Entender que a feira se constitui além da mercadoria, demonstra a dimensão social e simbólica que ela exprime, ocupando um lugar de destaque na vida dos feirantes. Dona Maria Domingas expressa esse sentimento quando afirma: \_ “Tenho 58 anos e já sou aposentada, mas continuo aqui. Por que eu gosto! Eu queria que ela melhorasse um pouco por que eu gosto dessa feira”, assim entende-se o significado que a feira tem para além do financeiro. Percebe-se esse fato nos relatos abaixo:

Isso aqui é bom demais, se não fosse essa feira aqui, sei nem como é que eu tinha, que eu não tenho emprego. E aqui é bom demais. Pro bairro isso aqui é bom demais, tem um ponto de gente pra quem trabalhar na feira, vir vender, um vende um caldo, outro vende uma panelada, outro vende um café, outro vende um frito, outro vende uma carcaça e assim vai indo. Outro vem almoçar. (Seu Evangelista, entrevista concedida em 13 de janeiro de 2025)

A gente vem mesmo por que vem, né. Mas tem dias que a gente chega aqui e da vontade de pegar as coisas e ir embora. Porque essa feira, pro que ela era, ela hoje acabou. Praticamente fica mesmo na feira por que é um vício que a gente já pegou. Já quase pelo vício, mas assim um vício mesmo. Se a gente não vim a gente fica assim... um dia mesmo, segunda-feira passada, eu vim, mas não fiz nada, só vim aqui e saí na mesma hora. Não trabalhei nesse dia, não trouxe mercadoria. Eu vim aqui só mesmo pra dizer pros meus amigos aqui que eu não ia trabalhar e eu ia resolver um negócio. Que segunda eu fui pra

rua, na terça fui de novo e de noite despachei a mulher com o menino pra viajar. Então essa feira aqui é uma terapia pra mim. Se eu ficarr em casa, é ruim então eu venho pra cá, o tempo que eu to aqui é bom. Quando eu chego em casa é só pra tomar banho, almoçar, aí eu vou me deitar, dormir e pronto. Só isso, vou fazer mais nada. (Seu Raimundo, entrevista concedida em 13 de janeiro de 2025)

Vou fazer 70 anos, já sou aposentada, mas continuo vindo por que gosto. Não é só pelo financeiro, é por que gosto mesmo. Eu gosto desse trabalho, eu me sinto melhor do que ficar em casa, ficar em casa é ruim demais. Aqui eu converso, tem uma pessoa ‘ah eu vim só te ver’ e é assim. (D. Mocinha, entrevista concedida em 13 de janeiro de 2025)

Todos esses aspectos representam as estratégias que os feirantes desenvolvem para continuar fazendo a feira. Seja no cativar do cliente, na escolha do produto e no saber por trás disso, seja pelo jogo de cintura nos dias mais difíceis, ou até na mudança na forma de aquisição do produto que antes era produzido, todos esses elementos constituem-se como estratégias que os feirantes desenvolvem para continuar construindo a feira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre as feiras livres da cidade de Caxias-MA possibilitam observar o alcance do poder público e das políticas de desenvolvimento pensadas para esse setor, em razão da responsabilidade municipal e estadual de atender a produção de base familiar. Apesar do cenário desfavorável para a existência das feiras livres no município pela ausência de incentivo por parte da administração pública municipal, e a falta de assistência que a feira da Volta Redonda enfrenta nos últimos anos, ela ainda é construída atualmente. Diante deste panorama, buscou-se compreender quais as estratégias de resistências os feirantes da feira da Volta Redonda utilizam para continuar construindo a feira cotidianamente?

Por acreditar que a história de uma comunidade deve ser reconstruída a fim de que as gerações presentes e futuras possam compreender o contexto em vivem/viverão, foi elaborado esse trabalho que dará visibilidade às Feiras livres da cidade de Caxias-MA, e aos sujeitos que cotidianamente constroem a feira do bairro Volta Redonda. Assim as feiras se apresentam como um espaço de sociabilidade, produção e reprodução de saberes e práticas culturais, onde feirantes e fregueses se relacionam pelo aspecto econômico, mas para além dele. Diante desse estudo, foi possível perceber que as feiras e os feirantes desempenham um papel importante no local em que são construídas, demonstra-se um lugar de práticas cotidiana que são culturalmente produzidas, resultando em um espaço de saber e de construção de identidades.

Esse trabalho foi construído com o objetivo de registrar a existência dessas feiras e compreender através das narrativas dos feirantes quais suas estratégias para continuar a fazer a feira. As estratégias de resistência observadas, demonstradas e narradas através dos feirantes, demonstrou a complexidade e as motivações que envolvem o fazer a feira. Compreender que essas estratégias desenvolvidas cotidianamente possibilitam a construção dessa prática há mais de 30 anos e registrar através dos relatos é poder contribuir para a valorização desses atores sociais, que fazem e refazem esse lugar. Nesse sentido, é fundamental perceber o papel político que os feirantes desempenham, como agentes de transformação que enfrentam desafios e obstáculos frente as adversidades cotidianas e estruturais. Conclui-se, portanto, que diante da escassez de trabalhos publicados que se coloque a estudar as feiras livres no município de Caxias-MA, a presente pesquisa pretende contribuir ao mapear, registrar e descrever a presença delas em locais ainda pouco estudados.

## REFERÊNCIAS

HOLZ, Leandra. **“À sua imagem e semelhança”: Arturo Escobar e a crítica ao desenvolvimento**”. Composição Revista de Ciências Sociais da UFMS, v. 3, n. 26, p. 44-56, Mato Grosso do Sul, 2022

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Estudos sociedade e agricultura, 2003.

BRASIL. Serviços e Informações do Brasil. **Acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**. [Brasília]: GOV, [2024]. Disponível em:

< <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf>.> Acesso em: 20 dez. 2024.

DOS SANTOS, Frednan Bezerra; TAVARES, João Claudino. **QUESTÃO AGRÁRIA E VIOLÊNCIA NO MARANHÃO: grilagem, colonização dirigida e a luta dos trabalhadores**. Revista de Políticas Públicas, v. 20, n. 1, p. 361-381, 2016.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil**. Revista de economia e sociologia rural, v. 52, p. 125-146, 2014.

MATTOS, Carmem Lucia Guimarães de. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. EDUEPB. Campina Grande, 2011.

BEZERRA, Conceição de Maria Rabêlo; SOUZA, Luiz Eduardo Simões de. **A evolução da agricultura familiar no maranhão e os programas de desenvolvimento socioeconômico: uma perspectiva histórica**. In: ABPHE. São Paulo, 2023. Disponível em: < <https://www.abphe.org.br/uploads/abphe2023/anais/luizeduardo2.pdf>> . Acesso em: 27 dez. 2024.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Editora da Universidade de São Paulo, -2. ed. São Paulo, 2004.

LOBATO, Flavio Henrique Souza; RAVENA-CANETE, Voyner. **Farinha de feira: memórias e identidades de vendedores em feiras do bairro do Guamá, Belém (PA)**. Editora Iluminuras, v. 16, n. 37. Porto Alegre, 2015.

SOUZA, Carolina Rezende de. **As feiras livres como lugares de produção cotidiana de saberes do trabalho e educação popular nas cidades: alguns horizontes teóricos e analíticos no campo trabalho-educação**. Revista Trabalho Necessário, v. 13, n. 22, 2015.

ALMEIDA, Shirley Patrícia Nogueira de Castro e. **Fazendo a feira: estudo das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da Feira Livre do Bairro Major Prates em Montes Claros – MG**. 2009. 135f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Montes Claros. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. Montes Claros-MG, 2009.

ARAUJO, Alexandro Moura; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres**. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 26, n. 3, p. 561-583, out. 2018.

SANTOS, Mariangela Santana Guimarães. **Fragmentos da memória: contribuições à história da cidade de Caxias do Maranhão**. 2018.

QUEIROZ, M.I.P. **Relatos orais: do indizível ao dizível** In VONSIMSON, O. M. (org) **Experimentos com história de vida**. São Paulo. Vértice 1988.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1996.

ABREU, Mariana Marinho de; MACEDO, João Paulo Sales. **Mulheres de Bairros Populares em Caxias-MA: Vidas que (Re) Existem**. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 23, n. 2, p. 523-544, 2023.

JESUS, Likem Edson Silva de. **Periferia, um termo crítico: distanciamentos espaciais, sociais e simbólicos nas cidades**. Revista movimentos sociais e dinâmicas espaciais, v. 10, n. 1, p. 58-78, 2021.

PEREIRA, Francisco das Chagas da Cruz et al. **Ascensão política de Paulo Marinho em Caxias na década de 1980**. 2017.